

Lehç



BOLETIM DE
CONJUNTURA

A CRISE ECONÔMICA





Segundo Semestre de 2015

Apresentação

O Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem desenvolvido desde 2010 atividades de pesquisa e promoção do conhecimento sobre o Brasil, a América Latina e o mundo. Tem se pautado nestas análises tanto pelo rigor científico quanto por um forte compromisso com uma perspectiva progressista, marxista e desde o Sul Global, se apoiando para isso na Teoria da Dependência Marxista e na Teoria do Sistema Mundo. Suas atividades tem se articulado com importantes redes nacionais e internacionais, entre elas o CLACSO, em particular com os grupos de trabalho *Integración regional y unidad latinoamericana y caribeña*, *Estudios sobre Estados Unidos* e *Crisis de la economía mundial capitalista*. Um marco de sua produção tem sido a realização de análises conjunturais casadas com os grandes elementos estruturais, combinando os aspectos econômicos e políticos. Este boletim é mais uma de suas iniciativas.

Nesta edição

- 2 Apresentação & Editorial
- 3 As Esquerdas e a Derrota na Venezuela: Decifra-me ou te Devoro – Carlos Eduardo Martins
- 10 Paraguay: La geopolítica del caos controlado – Gervasio Apipé
- 36 Geopolítica dos recursos naturais sul-americanos: estudo de caso do lítio – Bernardo Salgado Rodrigues
- 62 Neoliberalismo, Ortodoxia e Ajuste Econômico: crítica da economia política brasileira – Marcelo Dias Carcanholo
- 73 Um novo tempo em Portugal? – Carlos Serrano Ferreira
- 115 Expediente

Editorial

Os artigos deste primeiro número nos permitem vislumbrar as conexões existentes entre a crise global, que alcançou mais recentemente a América Latina, mas que já se arrasta nos países centrais desde 2008, e os processos políticos nacionais. Os impactos sobre a revolução venezuelana, as ações do imperialismo no Paraguai e a geopolítica do lítio na América do Sul, os limites impostos pela ortodoxia à política econômica brasileira e as possibilidades e riscos do novo governo português do Partido Socialista são casos particulares de tendências globais. Por isso, por serem reflexos universais no particular também permitem que se tirem lições do particular para o universal. Como se poderá ver, as ações do imperialismo – estadunidense nas Américas e europeu no caso português – se chocam com as necessidades de desenvolvimento e dos povos, ao mesmo tempo que as esquerdas têm sido incapazes de oferecer alternativas duradouras aos modelos hegemônicos e ortodoxos.



As Esquerdas e a Derrota na Venezuela: Decifra-me ou te Devoro

“A derrota do PSUV ameaça não apenas o governo Maduro, mas a própria revolução bolivariana”



A derrota contundente do PSUV na Venezuela faz parte da onda conservadora que vem se abatendo sobre a América do Sul, e atua de forma geral sobre situações nacionais, que possuem suas especificidades e autonomias. A derrota do PSUV ameaça não apenas o governo Maduro, mas a própria revolução bolivariana, uma vez que a MUD pode alcançar maioria de 2/3 (caso recuperem a votação obtida no Estado de Amazonas em novas eleições ou o mandato destes deputados até aqui impugnados pelo TSJ), podendo destituir ministros do Supremo Tribunal Federal e convocar nova Assembleia Constituinte para destruir a Quinta República e o legado chavista. O êxito desta onda se funda na capacidade de bloquear a articulação que se promoveu na primeira década do século XXI entre o desenvolvimento econômico e o combate à desigualdade e à pobreza. Para isso vários fatores se conjugaram no caso venezuelano.

O primeiro fator é a estratégia do imperialismo estadunidense que se

aproveitou da crise internacional, iniciada em 2008, para derrubar os preços das *commodities*, em particular dos derivados do petróleo, em cuja nacionalização e renda apoiam-se diversos governos populares da região. Para isso promoveu a expansão da produção de petróleo com aliados como a Arábia Saudita, Emirados Árabes, Iraque, Iêmen e Kuwait, ao tempo em que buscou substituir importações pela produção de gás de xisto.

O segundo fator foi a incapacidade de o governo venezuelano mudar o caráter da pauta exportadora, aprofundando sua vinculação aos derivados de petróleo que passaram a representar mais de 90% da mesma, ainda que o petróleo tenha diminuído sua participação no PIB venezuelano. Tal situação tornou o balanço de pagamentos da Venezuela extremamente vulnerável às oscilações dos preços dos derivados de petróleo, e à estratégia estadunidense de estrangulamento cambial. Esta vulnerabilidade se acentuou com a manter um teto fixo de reservas cambiais, em torno de US\$ 30 bilhões, desde 2006,



“O segundo fator foi a incapacidade de o governo venezuelano mudar o caráter da pauta exportadora”



“O peso do setor financeiro se elevou no PIB venezuelano de 4% a 12%, entre 2002-2012”



independente do aumento do valor das importações.

O terceiro fator foi a decisão dos governos bolivarianos de não intervirem significativamente no setor bancário venezuelano, cujas captações permaneceram 70% nas mãos do setor privado, ainda que se tenha nacionalizado o Banco Santander, transformando-o em Banco de Venezuela. O peso do setor financeiro se elevou no PIB venezuelano de 4% a 12%, entre 2002-2012, e a decisão de não nacionalizá-lo e nem centralizar o comércio exterior implicou na tolerância a uma extraordinária fuga de capitais que alcançou cerca de US\$ 200 bilhões, desde 1999, a maior parte durante o governo Chávez. Tal situação, que foi financiada por saldos comerciais durante o período do boom petrolífero, reduziu drasticamente as reservas venezuelanas e a capacidade de os governos chavistas enfrentarem um período de crise e ofensiva imperialista.

O quarto fator foi o baixo perfil que assumiu a agenda de integração regional das

esquerdas através da UNASUL e do novo MERCOSUL. Embora muito tenha sido teorizado sobre integração soberana e solidária, nova arquitetura financeira e redução de assimetrias regionais, muito pouco foi realizado e institucionalizado. O Banco do Sul, aprovado em 2007, não saiu do papel e não contou com a ratificação do congresso brasileiro e nem o empenho do governo brasileiro, que preferiu financiar as operações do país na região via BNDES. A Venezuela, embora tenha ingressado no MERCOSUL, pouco aumentou suas exportações para os países da região, em particular o Brasil, que continua a importar apenas cerca de 1% das suas necessidades de petróleo e derivados deste país, preferindo parceiros como a Arábia Saudita e a Nigéria. A integração regional nem funcionou para criar uma arquitetura financeira soberana que mudasse o padrão produtivo internacional da Venezuela, nem para lhe abrir significativos mercados de exportação e nem para lhe oferecer



“A Venezuela, embora tenha ingressado no MERCOSUL, pouco aumentou suas exportações para os países da região”



“Ainda podemos destacar outro elemento que minou a força do processo revolucionário: a dificuldade de controle social sobre a gestão do Estado”



garantias monetárias contra crises internacionais.

Tais fatores contribuíram para o estrangulamento econômico do capitalismo de Estado venezuelano e da sua transição para um projeto socialista. Ainda podemos destacar outro elemento que minou a força do processo revolucionário: a dificuldade de controle social sobre a gestão do Estado, manifesta na existência de corrupção em altos escalões do governo, e na carência de formação de quadros técnicos no poder popular. Um dos casos mais notórios de corrupção foi o de Rafael Isea, ex-governador de Aragua, ex-presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico Social (BANDES) e ex-presidente do Banco do ALBA, que fugiu do país acusado de desvios de US\$ 70 milhões, radicando-se no Estados Unidos como colaborador da agência anti-drogas. Apesar da luta de Maduro contra a corrupção no aparato de Estado, a sua presença, em contraste com o desabastecimento, levou ao aumento da

desconfiança popular com o processo revolucionário.

A onda direitista que se articula sobre a América do Sul, diferentemente da que se apoiou em ditaduras militares na década de 1960/70 ou, em democracias oligárquicas, na década de 1990, ancoradas na sobrevalorização cambial, no endividamento externo e na desnacionalização, pretende se apoiar numa base de massas. Esta base de massas é refratária às políticas sociais e ao combate à desigualdade, praticados pelos governos de esquerda e centro-esquerda, e busca o controle do Estado mesclando alternativas liberais e fascistas que se estendem da competição eleitoral, ao golpe parlamentar e processos insurrecionais, como praticados pela oposição venezuelana em *La Salida*. Se esta onda pouco pode oferecer além de um novo programa neoliberal fundado em forte repressão aos movimentos sociais e partidos políticos que protagonizam a política na América do Sul nos últimos



“Se esta onda pouco pode oferecer além de um novo programa neoliberal (...) vencê-la exige uma reestruturação de projetos das esquerdas”



15 anos, vencê-la exige uma reestruturação de projetos das esquerdas, do débil reformismo que apresentam para uma concepção estratégica que controle ativos chaves dos Estados nacionais, direcionando-os para uma integração regional profunda e para a cooperação com o Sul, em particular com os BRICS.

CARLOS EDUARDO MARTINS

Professor do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI)/UFRJ e autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (Boitempo, 2011)

Paraguay: La geopolítica del caos controlado

Paraguay no logra estabilizarse y de nuevo se fortalece una creciente tensión entre las fuerzas oligárquicas, en el marco de la geopolítica del caos controlado, promovido por Estados Unidos y sus transnacionales. Gobernantes mafiosos, corruptos en extremo, son los instrumentos de este proyecto, cuyos objetivos guardan relación con impedir la consolidación de los procesos de integración regional, al tiempo del afianzamiento del saqueo de los recursos de la nación.

La sodomización política y económica del Paraguay por parte de Estados Unidos, a favor de sus transnacionales, la oligarquía nativa y sectores de la derecha brasileña, está estrechamente relacionada con el proyecto geopolítico regional.

Se trata de contrarrestar, debilitar y socavar, lenta y sostenidamente - por todos los medios posibles - los procesos de unidad continental, como el MERCOSUR,



“Paraguay no logra estabilizarse y de nuevo se fortalece una creciente tensión entre las fuerzas oligárquicas, en el marco de la geopolítica del caos controlado, promovido por Estados Unidos y sus transnacionales.”



“Lo que conviene a las empresas transnacionales oligopólicas de origen estadounidense y de sus socios, también conviene a los intereses imperiales de USA.”



MERCOSUR, UNASUR y CELAC, en tanto transcurre sin pausa el saqueo de los recursos naturales, económicos y financieros del país, tal como también sufren otras naciones de la región.

Lo que conviene a las empresas transnacionales oligopólicas de origen estadounidense y de sus socios, también conviene a los intereses imperiales de USA. Tal la sombría sinergia.

Solo mediante este razonamiento se comprende cómo un hombre como Horacio Cartes pudo haber llegado a convertirse en presidente del Paraguay, en su momento investigado por el propio Estados Unidos como narcotraficante, lavador de dinero y contrabandista¹.

Cartes fue un convicto, preso en el penal por la misma sanguinaria dictadura de Stroessner, que lo vomitó, por desviar divisas públicas a favor de sus empresas. Este es el primer acto.

El segundo es el que se viene desarrollando desde octubre de 2014 cuando asesinaron al periodista Pablo Medina del diario Abc Color. Desde entonces actores claves cercanos a la Embajada de los Estados Unidos - que lo llevaron a Cartes al poder - ahora conspiran para derrocarlo, utilizando en algunos casos las miserias del gobernante.

Esto que ocurre en Paraguay es una esquizofrenia que se inscribe en lo que algunos teóricos catalogan como actos caóticos del imperio, enmarcados en los proyectos geopolíticos del imperialismo norteamericano y sus aliados, o más bien conocido también como la construcción del geopoder.

En efecto, el eje geopolítico del imperialismo norteamericano se basa en el caos, buscando la inviabilidad de las naciones, la fragmentación de los pueblos, de la exacerbación de la lucha interna por el poder político y económico, de la ato-



*“actores claves
cercanos a la
Embajada de los
Estados Unidos - que lo
llevaron a Cartes al
poder - ahora
conspiran para
derrocarlo”*



“Los gobiernos débiles (...) se infartan en el intento de permanecer equilibrado sobre el eje geopolítico impuesto por USA y sus aliados europeos.”



mización de la patria y de los proyectos de unidad continental y mundial, ante la emergencia de un poder contra hegemónico, como el liderado por Rusia y China².

El imperialismo capitalista ha superado la etapa keynesiana del “estado de bienestar”, para ingresar de lleno en el periodo en que el ser humano “disfuncional”, pensante y no consumista, resulta un problema para el mercado, el nuevo ídolo construido por el neoliberalismo.

Por ello contempla un ataque inmisericorde, profundo y estructural contra la cultura de las naciones. Los gobiernos débiles, sin mucho respaldo popular, se infartan en el intento de permanecer equilibrado sobre el eje geopolítico impuesto por USA y sus aliados europeos.

¿Perdió Cartes el apoyo de Estados Unidos?

Horacio Cartes, apoyado desde un principio por Estados Unidos, hoy, al parecer, está huérfano de sus tutores, aun cuando obedece ciegamente los dictados de USA y a los estados vasallos del imperio.

Cartes ya venía en carrera cuando se ejecutó el golpe de Estado parlamentario contra Fernando Lugo en junio de 2012. Esta indiciado de haber sido el principal promotor – como mínimo el financista del derrocamiento del ex obispo, juntamente al senador liberal Blas Llano – amigo del presidente – quien fuera el aliado traidor de Lugo.

A pesar del unánime rechazo de la UNASUR y el MERCOSUR, la oligarquía nativa y la derecha del Brasil, con el respaldo de USA, instalaron como presidente del Paraguay a un ladino enclenque, el médico liberal Federico Franco, quien abrió aún más las



“A pesar del unánime rechazo de la UNASUR y el MERCOSUR, la oligarquía nativa y la derecha del Brasil, con el respaldo de USA, instalaron como presidente del Paraguay a un ladino enclenque”



“Éste gozó de relativa tranquilidad en el gobierno por un periodo de 14 meses. Pero tras el asesinato del periodista Medina (...) empezó a caer la noche para el gobierno.”



compuertas al neoliberalismo expoliador y preparó el sendero para el arribo de Cartes al poder.

Éste gozó de relativa tranquilidad en el gobierno por un periodo de 14 meses. Pero tras el asesinato del periodista Medina por encargo de los narcos políticos – amigos y socios de Horacio Cartes – que se enseñorean en la frontera con Brasil, empezó a caer la noche para el gobierno³.

Humilde periodista del interior del país, Medina integraba la plantilla del diario Abc Color, propiedad de Aldo Zuccolillo. Este empresario es uno de los principales referentes de los Estados Unidos en Paraguay.

Socio de Cargill, la línea editorial de Zuccolillo es la voz del neoliberalismo y del imperialismo norteamericano; del modelo globalizador preconizado por el Club Bilderberg, la Comisión Trilateral... Pero los “hermanos narcos” asesinaron a uno de sus

periodistas. El pacto de silencio y complicidad con los narcotraficantes metidos en el gobierno de Cartes se habría roto; una ruptura de cárteles.

El presidente pretendió aprovechar la coyuntura y empujó su Partido Colorado (que retornó al poder apenas tres años y medio después de abandonarlo) a socavar al corrupto Poder Judicial, con el enjuiciamiento de cuatro ministros de la Corte de los nueve existentes.

Uno renunció antes del juicio y los otros tres permanecieron indiferentes, hasta que se produjo el cisma del Partido Colorado, cuando un grupo de sus senadores, liderado por Juan Carlos Galaverna, empezó a confrontar con la línea del Presidente.

Cartes perdió el control del Senado, del Poder Judicial y el apoyo del Partido Liberal Radical Auténtico del senador Blas Llano empezó a tambalear.



“Cartes perdió el control del Senado, del Poder Judicial y el apoyo del Partido Liberal Radical Auténtico del senador Blas Llano empezó a tambalear.”



*“con una mayoría de
15 senadores colorados
que apoyan
circunstancialmente a
Galaverna,
fragmentaron el partido
de gobierno”*



El senador Galaverna, con más de 25 años como congresista, un Rasputín criollo sagaz, aliado de los más prominentes oligarcas del país y niño mimado encubierto de la Embajada de los Estados Unidos, fue quien introdujo a Cartes en la política y lo llevó de la mano hasta el Palacio de López.

Ahora Galaverna combate a Cartes y lo va arrinconando lentamente contra las cuerdas, mediante una alianza con su exenemigo el senador y expresidente Fernando Lugo. Así tienen mayoría en el Senado y destruyen los proyectos neoliberales de Cartes.

Pero también desde el Senado, con una mayoría de 15 senadores colorados que apoyan circunstancialmente a Galaverna, fragmentaron el partido de gobierno, el Colorado, en una nueva y encarnizada lucha interna por el poder desde ese partido.

Esta es una dinámica que se encuadra dentro de la lógica del imperio del caos, en tanto que se consolida el saqueo sempiterno a la nación.

Lucha contra el “terrorismo”

En Paraguay, desde el derrocamiento de Raúl Cubas en 1999, se viene desarrollando un embrionario proyecto de colombianización y/o mejicanización de la frontera paraguaya con el Brasil.

Un aspecto importante a destacar es que el gobierno de Luis González Macchi – quien reemplazó a Cubas Grau - fue fruto de un golpe de Estado promovido por el Congreso, similar al escenario montado para derrocar a Fernando Lugo.

Pero aquella vez, con la entronización de González Macchi, el objetivo fue destruir cualquier intento de enjuiciar al ex presidente Juan Carlos Wasmosy, comprometido con el robo de las finanzas públicas y turbulentas privatizaciones de empresas públicas, que costaron al Paraguay más de 6.000 millones de dólares, entre los años 1995 a 1998.



“En Paraguay, desde (...) 1999, se viene desarrollando un embrionario proyecto de colombianización y/o mejicanización de la frontera paraguaya con el Brasil.”



*“Bajo el gobierno de
González Macchi
(1999-2003) (...)
empezaron los
secuestros de oligarcas
a manos de presuntos
extremistas de
izquierda.”*



Wasmosy obró con apoyo de Estados Unidos, en cumplimiento de los dictados del Consenso de Washington, del neoliberalismo, supuestamente para sanear el sector financiero nacional y la desregulación de la economía nacional.

Bajo el gobierno de González Macchi (1999-2003) quien de senador pasó a ocupar el cargo de presidente de la República por mandato de la Corte Suprema de Justicia, con apoyo de Estados Unidos y el Brasil – sin ser electo para el cargo - empezaron los secuestros de oligarcas a manos de presuntos extremistas de izquierda.

La primera víctima fue María Edit Bordón, la nuera de Enzo Debernardi, aquel afamado ingeniero que bajo la dictadura de Stroessner integró con la tecnocracia de la dictadura brasileña el equipo técnico político que dirigió la construcción de la represa de Itaipú, obra sobrevaluada en más del 100 por ciento.

Tras la liberación de la mujer, fueron secuestrados dos activistas de la izquierda paraguaya, Anuncio Martí y Juan Arrom, que ya llevan más de una década asilados en el Brasil. Los mismos fueron torturados por sus captores, presuntamente para confesar y entregar el dinero pagado por el rescate de la nuera de Debernardi.

Arrom identificó a sus torturadores, entre ellos el teniente coronel del Ejército, Mario Restituto González, y el sub comisario Antonio Gamarra (ABC COLOR, 24 de mayo del 2002, p. 43), quienes no fueron investigados y enjuiciados ante tamaña acusación.

Estos uniformados tenían contactos con agentes de la oficina paralela de la DEA, la agencia antidroga de Estados Unidos, ubicada en Asunción y por extensión con elementos de la Central de Inteligencia Americana, CIA.



“Tras la liberación de la mujer, fueron secuestrados dos activistas de la izquierda paraguaya, Anuncio Martí y Juan Arrom, que ya llevan más de una década asilados en el Brasil.”



“La Fiscalía o Ministerio Público, está completamente controlada por USAID – el organismo de infiltración de la CIA – desde hace varios años.”



Lo que debía ser una investigación de rutina de cualquier fiscal, el caso de María Bordón fue encabezado por el fiscal general del Estado, Oscar Latorre, acompañado de otros fiscales, entre ellos Sandra Quiñonez. Obviamente, Latorre tenía la instrucción de fundar el aparato del Estado que perseguiría en el futuro el “terrorismo”, presuntamente asistido por las FARC de Colombia.

La Fiscalía o Ministerio Público, está completamente controlada por USAID – el organismo de infiltración de la CIA – desde hace varios años⁴. Desde allí se parodiaron las investigaciones sobre crímenes políticos muy graves, como el asesinato del vicepresidente de la República, Luis María Argaña, en marzo de 1999. Pasaron los años y los secuestros continuaron. Ya en las postrimerías del gobierno de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) apareció en los medios de comunicación, muy tímidamente, un

comando extremista que se auto denominó Ejército del Pueblo Paraguayo, EPP, fogueado por sus voceros presos por los variados secuestros, con consignas de la izquierda radical.

Bajo el gobierno de Fernando Lugo continuaron los plagios, teniendo como epicentro el norte del país, en la frontera con el Brasil, en el Departamento de Concepción. Lugo cayó en la trama de la CIA y declaró el Estado de Excepción en la región. Mandó desplegar el Ejército para perseguir a los “guerrilleros”, que no superaban la decena.

Quedaba claro que la intención era militarizar la región, para perseguir objetivos geopolíticos, además de convertir al Ejército en enemigo de su propio pueblo, de los campesinos, como en tiempos de la Guerra Fría.



“Quedaba claro que la intención era militarizar la región, para perseguir objetivos geopolíticos, además de convertir al Ejército en enemigo de su propio pueblo”



“Todos los gobiernos, desde el usurpador González Macchi (...) declararon la “guerra” al EPP, una entelequia de la cual se valen los poderes fácticos para ampliar el teatro de operaciones.”



Todos los gobiernos, desde el usurpador González Macchi hasta el actual neoliberal de Horacio Cartes, declararon la “guerra” al EPP, una entelequia de la cual se valen los poderes fácticos para ampliar el teatro de operaciones.

Los objetivos son claros: 1 - Reemplazar a la población campesina por “inversores” brasileños, comprometidos con la ocupación del territorio paraguayo por la derecha oligárquica. 2 - Proteger la principal ruta del narcotráfico sudamericano, que desciende desde Colombia, pasa por Perú, Bolivia y el norte de Paraguay, para llegar a puertos seguros del Brasil, con destino final a los Estados Unidos. 3. Y, lo fundamental, desarrollar el eje geopolítico de Estados Unidos, del caos controlado, que apunta al Brasil, posibilitando al mismo tiempo la profundización del saqueo de las riquezas nacionales.

Daño colateral o escarmiento

Existen dos barómetros que indican la presión atmosférica geopolítica de Estados Unidos en Paraguay. Uno es Aldo Zuccolillo, director del diario Abc Color, y el segundo es el senador Juan Carlos Galaverna. En apariencia son enemigos irreconciliables, pero en la práctica coinciden en la tarea de la consolidación del eje geopolítico de los Estados Unidos, el del caos controlado.

En ese sentido, el 4 de junio del corriente año, Abc publicó la carta de un general, que en el futuro inmediato puede ser usado para enjuiciar a Horacio Cartes⁵, porque le hace responsable del asesinato de dos militares en servicio activo en el teatro de operaciones.

La publicación se interpreta como un distanciamiento de Zuccolillo a los proyectos del gobierno de Cartes y que inicia divulgaciones de hechos muy graves que minará por completo la credibilidad del gobierno..



“La publicación se interpreta como un distanciamiento de Zuccolillo a los proyectos del gobierno de Cartes y que inicia divulgaciones de hechos muy graves”



“Cartes logró promulgar - a tan solo una semana de haber iniciado sus gestiones como gobernante - la ley que modifica la Defensa y la Seguridad Interna de la Nación”



La extensa denuncia de 10 páginas del general retirado Herminio Piñanez es un testimonio desgarrador de cómo ejecutaron a su hijo, el capitán de ingeniería Enrique Piñanez, junto a su ayudante el suboficial Juan Manuel González. Fue en el marco de la lucha contra la “guerrilla del EPP” en el departamento de Concepción.

Cartes logró promulgar - a tan solo una semana de haber iniciado sus gestiones como gobernante - la ley que modifica la Defensa y la Seguridad Interna de la Nación, que lo habilitó a disponer de forma inmediata de los militares para el combate de la insurgencia, el narcotráfico, el terrorismo, convulsiones internas, entre otros, en consonancia con la política guerrerista de los Estados Unidos, cuya presencia militar aumenta cada vez más en el país⁶.

Gracias a la modificación de la Ley de Defensa de Seguridad Interna, se integró inmediatamente la Fuerza de Tarea Conjunta (FTC) de policía y militares, para

combatir supuestamente al EPP. En el “frente de batalla”, los militares estaban dirigidos por el ya ascendido general Restituto González y los policías por el también ascendido comisario general Antonio Gamarra, ambos denunciados por torturadores y colaboradores encubiertos de la CIA.

Desde entonces, militares y policías destinan su tiempo, armamentos, dinero de los contribuyentes y sus vidas para “luchar” contra los supuestos miembros de la gavilla del EPP, funcionales a los traficantes de drogas de la región.

En esa tarea estaba abocado el capitán Piñanez junto a su ayudante por orden de sus superiores, cuando el 26 de noviembre de 2014 sus cuerpos volaron en pedazos por los aires, tras la explosión de una bomba preparada por el propio capitán. El explosivo tenía como destino un núcleo del grupo extremista de la zona de Concepción, denominada Agrupación Campesina Armada, ACA, un desprendimiento del EPP.



“Desde entonces, militares y policías destinan su tiempo, armamentos, dinero de los contribuyentes y sus vidas para “luchar” contra los supuestos miembros de la gavilla del EPP, funcionales a los traficantes de drogas de la región.”



“¿Por qué el régimen de Horacio Cartes mató al capitán Piñanez?”



Los militares cayeron en una trama planeada desde dentro de las Fuerzas de Tarea Conjunta – según el general Piñanez – cuando contactaron con un presunto suicida infiltrado, quien debía llevar la bomba para hacer explotar en medio de los integrantes del ACA. El suicida no era tal, sino que activó la bomba a los pies de los militares y se retiró raudamente en una motocicleta.

Policías y militares protegen la mafia

¿Por qué el régimen de Horacio Cartes mató al capitán Piñanez? “Es impresionante la cantidad de plata que recaudan en concepto de extorsión, protección y patrullaje” –me dijo– “La recaudación en concepto de tráfico de drogas se manejaba en otro ámbito por quienes estaban acostumbrados a este trabajo. Ninguna mercadería podía llegar a destino sin el visto bueno correspondiente”, señalaba la denuncia del general Piñanez, publicada por Abc Color, aludiendo a confidencias de su hijo antes de morir.

El relato del general Piñanez agrega luego sobre lo que le había confiado su hijo: “En una oportunidad fue portador de una encomienda para su jefe, la que por seguridad y curiosidad se animó a abrir, encontrando que contenía 40 millones de guaraníes y un papelito que decía: “Gracias por la colaboración”. Dicho monto equivale a unos 10 mil dólares, aproximadamente, en concepto de protección a los narcotraficantes.

Entrenado por el cuerpo de ingenieros militares de los Estados Unidos, paracaidista y el mejor explosivista del Ejército paraguayo, el capitán Piñanez cometió un grave error al comentar estos hechos de corrupción al fiscal Joel Cazal de Concepción, quien delató de inmediato al capitán ante el general Restituto González y el comisario general Antonio Gamarra.



“Dicho monto equivale a unos 10 mil dólares, aproximadamente, en concepto de protección a los narcotraficantes.”



“Claramente se puede interpretar que la CIA está recaudando fondos, a través de oficiales paraguayos, provenientes del tráfico de drogas”



Cínico y traidor, el fiscal Cazal le había advertido al capitán tener prudencia porque “el comisario Gamarra era quien manejaba la mafia en los cuatro departamentos (Concepción, San Pedro, Amambay y Canindeyú)”. Tres de los cuales fronterizos con el Brasil.

Por sus dichos ante el fiscal Cazal, Piñanez fue severamente increpado por el general González, en tanto que el comisario Gamarra le habría dicho que si volvía al departamento de Concepción “sos hombre muerto”, de acuerdo a la publicación de Abc.

Claramente se puede interpretar que la CIA está recaudando fondos, a través de oficiales paraguayos, provenientes del tráfico de drogas, con el objetivo de seguir desestabilizando el país, la región e inquietar al Brasil, al tiempo de facilitar las “inversiones” en agronegocios de capitalistas brasileños en el norte del país, con apoyo de las transnacionales de los Estados Unidos, como Cargill, Monsanto, entre otros.

“En la zona norte de nuestro país ya no son el EPP o la ACA los facinerosos que actúan en la forma conocida. En la medida que pasa el tiempo y se prolonga la ineficaz actuación de la FTC, van apareciendo más gavillas de delincuentes, algunas de ellas organizadas bajo la encubierta protección de los grupos componentes de la FTC, como sucediera en Colombia con las fuerzas paramilitares organizadas por las propias fuerzas de seguridad del Estado, supuestamente como aliadas para combatir a las FARC”, señala el general Piñanez en su denuncia.

Concluye acusando al presidente Horacio Cartes que “la inacción e indiferencia hasta ahora demostradas para el esclarecimiento de este alevoso crimen que costó la vida a mi hijo no puede interpretarse sino como un encubrimiento en el más alto nivel del Gobierno”, destacando que “es inexcusable la tolerancia demostrada hasta ahora por el Comandante en Jefe de las FF.AA. y los altos mandos militares con la corrupción



“van apareciendo más gavillas de delincuentes, algunas de ellas organizadas bajo la encubierta protección de los grupos componentes de la FTC, como sucediera en Colombia con las fuerzas paramilitares”



“Ante esta gravísima denuncia que involucra como encubridor al presidente Cartes, la Fiscalía General removi6 al fiscal Cazal”



que campea al interior de la FTC”.

Ante esta gravísima denuncia que involucra como encubridor al presidente Cartes, la Fiscalía General removi6 al fiscal Cazal de la investigaci6n y nomin6 a la fiscal Sandra Quiñonez para proseguir la “investigaci6n”, la misma mujer que hace 15 años ya trabajaba con el general Restituto Gonzáles y el comisario Antonio Gamarra en el caso de Arrom y Martí. Estos oficiales ya habrían sido relevados de sus cargos, antes del asesinato de Piñanez y su ayudante.

Últimamente, la Cámara de Senadores, controlado por los opositores a Cartes, inici6 una investigaci6n sobre el caso, donde ya concurri6 el general Piñanez para prestar declaraci6n.

Otro oficial que muri6 en una trama similar a Piñanez y su ayudante fue el comisario Manuel Escurra, el 23 de octubre de 2013. El capitán Piñanez estaba investigando tambi6n dicho crimen, otra de las razones de su ajusticiamiento.

Estos crímenes ocurrieron en filas de las Fuerzas de Tareas Conjuntas y ya son decenas las muertes de campesinos, dirigentes sociales y políticos en la región. En ese orden se inscribe el ajusticiamiento del ex diputado Madgaleno Silva junto a otras tres personas, una de ellas su propio hijo, en pleno día y en una plaza pública, el 4 de mayo del presente año, en la pequeña ciudad de Yby Yaú, a 50 kilómetros de la frontera con Brasil.

Conclusión

A causa de sus gobernantes corruptos y traidores, el Paraguay se va convirtiendo en un país quintacolumnista del MERCOSUR y de UNASUR⁷, donde Estados Unidos desarrolla su eje geopolítico basado en la geopolítica de las drogas, de la militarización del país, del extractivismo, concomitante a los planes de desestabilización de casi todos los países de la región cuyos gobiernos no están alineados a Washington, como el de Venezuela, Ecuador, Brasil, Argentina y Bolivia, fundamentalmente.



*“A causa de sus
gobernantes corruptos
y traidores, el Paraguay
se va convirtiendo en
un país
quintacolumnista del
MERCOSUR y de
UNASUR”*



“En este escenario el presidente Horacio Cartes apenas es una ficha, que puede ser desechado en tanto sea conveniente a la geopolítica norteamericana y sus transnacionales.”



En 2008 el entonteces subsecretario de Defensa de los Estados Unidos, Frank Mora, ya anunciaba que Paraguay no iba a ser problemas para su país, sino para el Brasil y la Argentina. "Todo lo que es ilícito pasa por Paraguay -afirma Mora-. Si se vuelve ingobernable, si se convierte en un estado fallido, la amenaza será aún mayor"⁸. La entrevista a Mora fue realizada por Andrés Openheimer, el periodista colaborador de la CIA en el Miami Herald y que escribe habitualmente para Abc Color.

Openheimer, el periodista colaborador de la CIA en el Miami Herald y que escribe habitualmente para Abc Color.

En este escenario el presidente Horacio Cartes apenas es una ficha, que puede ser desechado en tanto sea conveniente a la geopolítica norteamericana y sus transnacionales. Es la geopolítica del caos controlado, para tratar de impedir la unidad latinoamericana y profundizar el saqueo de nuestros recursos.

GERVASIO APIPÉ

Notas:

- 1 <http://www.abc.com.py/nacionales/eeuu-investigo-a-cartes-por-lavado-dinero-proveniente-de-drogas-segun-wikileaks-325514.html>;
- 2 <http://rebellion.org/noticia.php?id=200348>; <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=1991>;
- 3 <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=199155>;
- 4 <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=97124>;
- 5 <http://www.abc.com.py/edicion-impresas/notas/padre-de-militar-muerto-acusa-a-fuerza-conjunta-1373589.html>;
- 6 <http://actualidad.rt.com/actualidad/175067-fuerzas-especiales-eeuu-militares-paraguay>;
- 7 <http://www.jornada.unam.mx/2015/07/08/opinion/019a1pol>;
- 8 <http://prensalibreya.blogspot.com/2008/07/paraguay-el-pais-famoso-por-nada.html>.





Geopolítica dos recursos naturais sul-americanos: estudo de caso do lítio

O presente artigo busca realizar um estudo acerca do triângulo do lítio sul-americano através de uma análise geopolítica, a fim de ensejar a construção de uma geoestratégia do lítio e, concomitantemente, dos recursos naturais estratégicos na América do Sul.

Características do lítio

O lítio é utilizado na obtenção de ligas metálicas condutoras de calor (alumínio), no feitiço de cerâmicas e lentes (telescópios), em graxas lubrificantes, em aplicações militares (aditivos energéticos nos propelentes dos foguetes e em bombas de hidrogênio), na medicina (medicamentos para depressão e transtorno bipolar), na indústria elétrica e eletrônica (produção de pilhas e baterias elétricas, como celulares, notebooks e carros híbridos/elétricos), dentre outros.

A partir do início do século XXI, com o surgimento da alta demanda por baterias



“O presente artigo busca realizar um estudo acerca do triângulo do lítio sul-americano através de uma análise geopolítica”

“desde 2007, o mercado de lítio tem como seu maior consumidor as indústrias de baterias iônicas”



iônicas de lítio, as novas companhias têm expandido a extração do lítio para atender as indústrias deste setor. Por causa disso, desde 2007, o mercado de lítio tem como seu maior consumidor as indústrias de baterias iônicas, com projeções futuras ainda maiores, com a produção de uma nova tecnologia de baterias recarregáveis para veículos elétricos e híbridos: o EV (Electric Vehicle), este movido apenas a eletricidade, sendo carregado em uma tomada elétrica, e o veículo híbrido elétrico plug-in, o PHEV (Plug-in Hybrid Electric Vehicle).

A vantagem da nova tecnologia de baterias de íon-lítio é sua alta densidade de energia, o que lhe permite maior capacidade de armazenamento de energia por unidade de peso, reduzindo consideravelmente o peso total destas baterias em relação àquelas produzidas a partir de NiCd (nickel-cadmium battery) ou de NiMH (Nickel-metal hydride battery).



O aumento da densidade de energia das baterias de lítio tem permitido a diminuição constante do peso total destas e, conseqüentemente, a diminuição do peso dos dispositivos portáteis que as usam. (VIANA; BARROS; CALIXTRE, 2011, p. 219).

Dessa forma, seu mapeamento regional/mundial e suas disputas geopolíticas são fundamentais para compreender sua crescente importância no cenário internacional principalmente na atualidade, com sua utilização para fins científicos e tecnológicos. Neste contexto, ressalta-se como a presença do lítio na América do Sul vem despertando disputas geopolíticas nacionais, regionais e globais, colocando a região no centro do debate e criando possíveis novas tensões na região andina.



“a presença do lítio na América do Sul vem despertando disputas geopolíticas nacionais, regionais e globais, colocando a região no centro do debate e criando possíveis novas tensões na região andina.”

“O fato de ser um mineral que se concentra em região de salares faz com que países como Bolívia (...), Chile (...) e Argentina (...) estejam situados entre os maiores detentores mundiais de reservas deste recurso”



Geopolítica do lítio na América do Sul

Para uma análise de estudo de caso da geopolítica do lítio na América do Sul, é de suma importância a realização de uma análise que abranja o estudo de seu comportamento referente às reservas, à produção, à oferta, à demanda e a sua geografia.

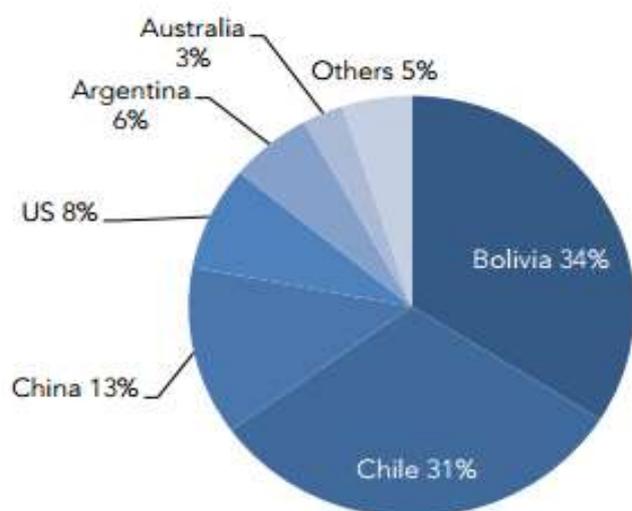
As principais reservas¹ encontram-se em regiões de salares, terras que há dezenas de milhares de anos eram cobertas por oceanos e, com a formação geológica dos continentes, acabaram secando e formando grandes desertos de sal. O fato de ser um mineral que se concentra em região de salares faz com que países como Bolívia, com o Salar de Uyuni, Chile, com o Salar de Atacama, e Argentina, com o Salar del Hombre Muerto, estejam situados entre os maiores detentores mundiais de reservas deste recurso, formando o chamado “triângulo do lítio” ou o “ABC do lítio”.



O fato é que Bolívia, Chile e Argentina possuem grandes quantidades percentuais das reservas mundiais de lítio no ano de 2013. A imagem abaixo ratifica tal argumento, no qual a América do Sul teria aproximadamente 71% das reservas de lítio, sendo a Bolívia com 34%, o Chile com 31% e a Argentina com 6%.



Reservas de lítio por país



“América do Sul teria aproximadamente 71% das reservas de lítio”

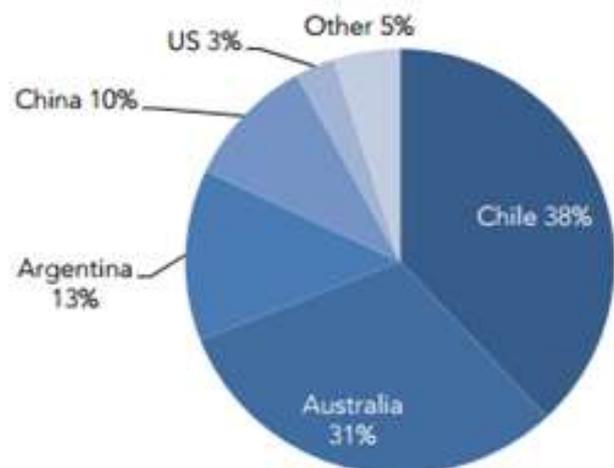
Fonte: Foxie-Davies, *The Lithium Market*, 2013.

“Desde que se intensificou a utilização do lítio em escala comercial, a sua produção mundial aumentou exponencialmente”



Desde que se intensificou a utilização do lítio em escala comercial, a sua produção mundial aumentou exponencialmente, sendo ainda mais exacerbada a partir dos anos 2000. Assim, no que se refere à oferta mundial, quatro países concentram 92% da oferta (Chile 38%, Austrália 31%, Argentina 13% e China 10%)² e quatro empresas concentram 80% (Talisson 35%, SQM 26%, Rockwood 12% e FMC 7%), como demonstrado nas imagens abaixo.

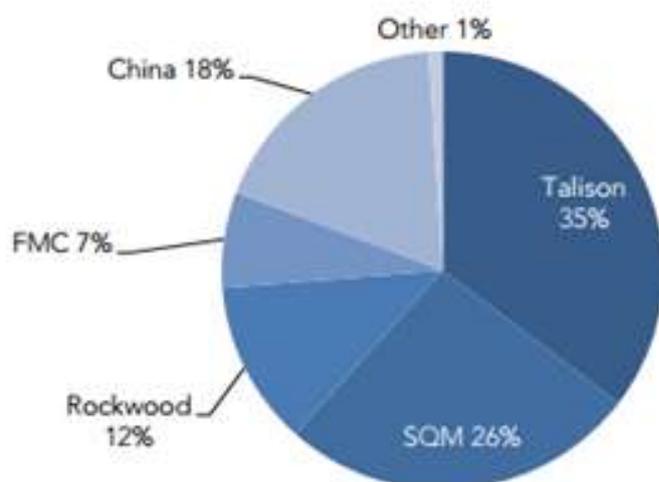
Oferta de lítio por país (2011)



Fonte: Foxie-Davies, *The Lithium Market*, 2013.



Oferta de lítio por produtor/empresa (2012)



Fonte: Foxie-Davies, *The Lithium Market*, 2013.

Quanto à demanda mundial, o crescimento do consumo foi em média 6,4% por ano entre 2000 e 2012. De 2012 a 2017, o crescimento médio anual do consumo deverá ser de aproximadamente 11%, impulsionado pela demanda de baterias, que cresceu em média 21% por ano entre 2000 e 2012 e espera-se que cresça 200% até 2017, chegando a um mercado de US\$ 9 bilhões em 2015, com potencial de ultrapassar US\$ 50 bilhões até 2020. (USGS – 2012 Minerals Yearbook. Lithium [Advance release]).



“De 2012 a 2017, o crescimento médio anual do consumo deverá ser de aproximadamente 11%”

“As importações de compostos de lítio para os Estados Unidos (...) 59% vieram do Chile e 38% a partir da Argentina.”



Em 2012, as exportações totais de compostos de lítio nos Estados Unidos diminuíram ligeiramente em comparação com 2011. Cerca de 52% de todas as exportações dos EUA de compostos de lítio foi para o Japão, 17% para a Alemanha, e 7% para a Bélgica. As importações de compostos de lítio para os Estados Unidos diminuíram 3% em 2012, em comparação com 2011. Destes, 59% vieram do Chile e 38% a partir da Argentina. (USGS – 2012 Minerals Yearbook. Lithium [Advance release]).

O mercado de baterias pequenas (calculadoras, computadores, câmeras, dispositivos de comunicação, etc) possui previsão de manter elevados níveis de crescimento (10% a.a.), representando cerca de 27% do consumo mundial de lítio em 2012, um aumento significativo com relação a anos anteriores (15% em 2007 e 8% em 2002). O mercado emergente de baterias grandes para bicicletas elétricas,



híbridos e todos os veículos elétricos deverá crescer substancialmente (até 28% a.a.) até 2020, ganhando maior quota de mercado. As redes de armazenamento de eletricidade são também um mercado emergente para grandes baterias de lítio, com aplicações em energia solar e reatores nucleares num futuro próximo. Os sais de lítio são usados intensivamente como fluidos em usinas de energia solar concentrada (CSP), que possui estimativa de crescimento de 1.5GW em 2010 para 25GW em 2020. Assim, a demanda total de lítio em baterias (todos os tipos combinados) gira em torno de 65% do consumo total em 2025. (Foxie-Davies, The Market Lithium, 2013).

Vale ressaltar que as projeções internacionais quanto à essencialidade do lítio para este novo ramo tecnológico são de difícil previsão, além de características específicas das baterias em si, cujos desafios precisam ser levados em consideração³; ainda que tenha havido um grande número de programas de



“Assim, a demanda total de lítio em baterias (...) gira em torno de 65% do consumo total em 2025.”

“A questão principal a ser abordada passa a ser a segurança do abastecimento do lítio a partir de diferentes fontes geográficas.”



Incentivo dos governos a nível mundial para avançar no desenvolvimento, na produção e na utilização de carros elétricos e híbridos, o que provavelmente proporcionará o crescimento de uma demanda futura significativa para o lítio.

A questão principal a ser abordada passa a ser a segurança do abastecimento do lítio a partir de diferentes fontes geográficas. Assim, a alta demanda do lítio no início do século XXI incentivou a prospecção e exploração de 90-120 novas reservas, repartidos em mais de 11 países, como demonstra a figura abaixo.

Distribuição mundial das reservas de lítio (em milhões de toneladas)



Fonte: U.S. Geological Survey, *Mineral Commodity Summaries*, 2014



Apesar das dificuldades geográficas, o triângulo consiste num dos mais promissores campos de exploração de lítio do mundo, tanto pela sua concentração num espaço relativamente pequeno, como pela sua disponibilidade e pureza que são superiores nesta região. Tal fato enseja um planejamento de longo prazo, como o promovido pelas principais partes interessadas; destas, todas as quatro grandes empresas de lítio do mundo possuem uma porção de exploração na região, como pode ser observado na imagem abaixo.



“o triângulo consiste num dos mais promissores campos de exploração de lítio do mundo”

Distribuição das empresas no triângulo do lítio



Fonte: Talison Lithium, Projects, Salares

“a região é considerada altamente estratégica para a nova etapa de acumulação capitalista e para a reprodução de seu modo de produção.”



Assim, a região é considerada altamente estratégica para a nova etapa de acumulação capitalista e para a reprodução de seu modo de produção. Este novo ABC sul-americano, portanto, se insere numa nova pressão competitiva mundial que tende a se acentuar ainda mais com o aumento da demanda mundial pelo recurso.

Geoestratégia do ABC do lítio

A partir do que fora apresentado, constata-se que a viabilidade de uma geoestratégia do ABC do lítio consiste num dos pilares constituintes de um projeto de integração regional focado nos recursos naturais estratégicos.

Atualmente, constata-se que as estratégias referentes ao lítio nos três países são distintas. Na Argentina, as empresas e o Estado impulsionam a industrialização com o capital privado, recebendo questionamentos dos moradores diretamente afetados; na Bolívia, a estratégia se baseia basicamente



basicamente na forma de financiamento do projeto estatal, propondo-se seu controle por parte do Estado; e no Chile, as decisões de permissão ou não da participação privada na exploração do lítio se limita ao âmbito do Estado – mas que não possui seu controle – numa oposição entre o governo e os partidos políticos de oposição. (PALACIO, 2012, p.17)⁴.

Observa-se que a geoestratégia global do lítio se encontra em plena fase de acumulação e concentração de capital, ratificado pelas aquisições, fusões e *joint ventures* de diversas empresas do ramo. Tal fato não exclui a América do Sul deste processo, onde essas empresas possuem operações e controlam grande parte das reservas e produção de lítio da região, de acordo com os planejamentos estratégicos de suas matrizes estrangeiras. Concomitantemente, a constatação de



“Observa-se que a geoestratégia global do lítio se encontra em plena fase de acumulação e concentração de capital, ratificado pelas aquisições, fusões e joint ventures de diversas empresas do ramo.”

“num futuro próximo e com produção plena, Argentina, Bolívia e Chile irão administrar o mercado do lítio, enseja uma discussão acerca de um planejamento estratégico baseado neste recurso.”



que, num futuro próximo e com produção plena, Argentina, Bolívia e Chile irão administrar o mercado do lítio, enseja uma discussão acerca de um planejamento estratégico baseado neste recurso.

Para Medeiros (2013, p.157-158), é necessária uma estratégia nacional – e, a partir do presente boletim, concomitantemente regional – denominada de “nacionalismo dos recursos naturais”. Medeiros afirma que o controle e coordenação dos recursos naturais devem ser realizados pelo Estado, numa estratégia estatal de desenvolvimento e de reconstrução via nacionalização dos recursos naturais que engendre uma autonomia política e fiscal para os Estados em relação aos interesses privados e internacionais, envolvendo complexos desafios geopolíticos. Assim, esta estratégia se basearia na “*exploração das possibilidades industriais ao longo da cadeia de valor dos recursos naturais*” (MEDEIROS, 2013, p.164).



Entretanto, percebe-se ao longo da história que o nacionalismo baseado em recursos naturais tem se espalhado por muitos países ricos em minerais e, concomitantemente, aumentando sua dependência dos recursos. Este é um fato que deve ser considerado numa geoestratégia do lítio na região, a chamada maldição dos recursos naturais, ou doença holandesa.

Este fenômeno econômico tem origem na especialização em exportação de recursos naturais e gera efeitos negativos sobre a taxa de câmbio, na industrialização e sobre o restante do aparelho produtivo. Apesar de no curto-médio prazo essas economias obterem altos níveis de crescimento econômico induzido pela extração de recursos naturais e exportações, esse crescimento está condicionado pelos seus preços externos e pelas políticas econômicas, gerando efeitos negativos sobre os níveis de investimentos, baixos vínculos produtivos, dependência financeira



“o nacionalismo baseado em recursos naturais tem se espalhado por muitos países ricos em minerais e (...) aumentando sua dependência dos recursos.”

“os teóricos que defendem uma ruptura com a maldição dos recursos naturais enfatizam a importância de políticas econômicas e industriais abrangentes”



externa, baixa taxa de investimento em indústrias que não são baseadas em recursos, reduzida capacidade de introduzir progresso técnico e mudança estrutural. (MEDEIROS, 2013, p.152-153).

Assim, os teóricos que defendem uma ruptura com a maldição dos recursos naturais enfatizam a importância de políticas econômicas e industriais abrangentes, introduzidas através de impostos, controle de capital, subsídios, crédito direto, políticas de renda e investimento público, mecanismos de poupança (MEDEIROS, 2013, p.152-153), institucionalização do uso de fundos de estabilização, de fundos de investimento, de regras macrofiscais e da acumulação de reservas, a fim de *“absorver esse fluxo de receita repentino e/ou vasto, evitar seu derramamento na economia e, ao fazê-lo, isolar o país da doença holandesa.”* (YERGIN, 2014, p.119). Desta forma, atenua-se os efeitos prejudiciais da apreciação do câmbio sobre o resto da economia nos



períodos de preços altos, bem como auxilia no acúmulo fiscal necessário para mitigar o impacto nos períodos de preços baixos. Ainda, reitera-se a necessidade de transformar esse capital natural não renovável em outras formas de capital durável (capital humano, infraestrutura produtiva, investimento em pesquisa e desenvolvimento) que possam sustentar a renda nacional e o processo de desenvolvimento para além do ciclo de vida dos recursos.

Os países produtores de lítio na América do Sul devem adotar um conjunto de regras de soberania permanente sobre os recursos naturais, no qual *“essa perspectiva sustenta-se no entendimento de que o Estado nacional é o proprietário dos recursos minerais existentes na sua jurisdição territorial e, por isso, tem plena legitimidade para definir as regras de exploração dessas reservas de modo a canalizar aos cofres públicos a máxima receita possível. [...] os Estados hospedeiros ditam os termos em que os recursos serão*



“Os países produtores de lítio na América do Sul devem adotar um conjunto de regras de soberania permanente sobre os recursos naturais”

*“a cooperação interna,
mais do que o conflito,
desponta com
proeminência na
geopolítica sul-
americana
contemporânea.”*



explorados.” (FUSER, 2013, p.23-24).

Ainda no plano da integração regional, como destaca Kelly (1997, p.159), *“major domestic groups have come to recognize that without South American integration, local economies could be exposed to a global ‘marginalization’.”* Em outras palavras, a orientação cooperativa e unificadora na forma de integração, a realização de blocos regionais autônomos e soberanos se apresentam como um caminho prático para a nova realidade da região nas relações internacionais. De fato, a cooperação interna, mais do que o conflito, desponta com proeminência na geopolítica sul-americana contemporânea.

Em suma, buscou-se compreender, analisar e utilizar a geopolítica do lítio como *“um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico”* (FIORI, 2014, p.141), que deve buscar alavancar o desenvolvimento regional na América do Sul ancorado numa simbiose política (progressista e autônoma),



econômica (produtiva, comercial e tecnológica), social (redução das assimetrias e desigualdades regionais) e geopolítica (expansão política e econômica internacional).

BERNARDO SALGADO RODRIGUES

Mestre em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-PEPI). Atualmente é integrante do LEHC-UFRJ e membro do GT de Integración y Unidad Latinoamericana y Caribeña do CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais).



Notas:

1 As reservas de lítio podem ser encontradas a partir de dois tipos distintos de concentrações de sais de lítio: em minas de rocha dura, principalmente na Austrália, que produzem concentrados minerais de lítio para fins técnicos e conversão em produtos químicos de lítio, quase exclusivamente na China; e em salmouras continentais, por exemplo, os salares na Argentina, Chile, China e Afeganistão, mais utilizados para a



produção de carbonato de lítio, hidróxido e cloreto. Geralmente, essas regiões são consideradas como de menor custo de exploração e, portanto, mais comercialmente viável em comparação com minerais de lítio – embora ambos estejam localizados em locais remotos e apresentem desafios técnicos e logísticos muito diferentes.

2 Constata-se também a crescente participação dos países sul-americanos em relação à produção mundial de lítio, que era de 40,70% em 1999 e chegou a 55,40% em 2007 (LAGOS; PETERS, 2010, p.25), tendo o Chile como o maior produtor mundial. Ainda, esse potencial tende a se elevar ainda mais a partir da segunda década deste século, a partir do momento que as imensas reservas da Bolívia passem a ser contabilizadas na produção regional. Evidencia-se, portanto, a necessidade de uma geoestratégia regional conjunta do lítio com a finalidade maior de elevar o poder de barganha internacional desses países em relação ao mercado mundial do



minério.

3 *“As baterias ainda precisam ser menores, pesar menos, carregar mais rapidamente e durar mais tempo com uma única carga. Também precisam provar que podem durar mais, apesar das cargas e recargas contínuas. Terão que mostrar que problemas de ‘fuga térmica’ – superaquecimento destrutivo – não acontecerão. [...] E o custo precisa diminuir substancialmente [...] A infraestrutura é o segundo desafio. O atual sistema automotivo não poderia funcionar sem a vasta rede de postos de gasolina construída ao longo de muitas décadas. Uma nova frota de carros elétricos precisará de uma rede de postos de recarga semelhante.”* (YERGIN, 2014, p.727) Entre outros fatores, poderia agregar-se a falta de padronização no tamanho das baterias para carros EV e PHEV e o custo relativamente aceitável para que seja um produto de massa, e não um produto de nicho.





4 Constata-se que na Argentina e no Chile há um total predomínio do capital estrangeiro, situação similar à extração de outros metais estratégicos. Esses capitais que, nos últimos 15 anos, vem realizando investimentos cada vez maiores e se posicionando em zonas específicas, atualmente possuem praticamente a totalidade das reservas de lítio comprovadas. Além disso, grande parte dessas companhias extrativas possuem vínculos diretos com empresas automobilísticas ou altamente demandantes de lítio. Caso distinto é encontrado na Bolívia, onde se implementa uma política de alianças corporativas com organizações populares e outros sujeitos sociais, no qual o governo se situa no debate em uma posição à esquerda dos seus críticos neoliberais, ensejando uma legitimidade ao seu discurso frente aos projetos nacionais. Entretanto, as nações vizinhas não compartilham com o pensamento de independência econômica que priorize as nações detentoras dos



recursos. Acabam, assim, minando as oportunidades de desenvolvimento sustentável da Bolívia na região, ao oferecer grandes quantidades de lítio às mineradoras estrangeiras a um custo bem mais baixo do que o boliviano, uma vez que a base do modelo de exploração do mineral que vigora na Argentina e no Chile abarca os velhos padrões capitalistas de exploração dos recursos naturais, *“no qual os lucros se acumulam nas mãos dos detentores do capital, enquanto a região explorada é degradada, não se desenvolve e seus trabalhadores vivem na miséria absoluta.”* (WRIGHT, 2010)



Bibliografia

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). *Governança Global e a integração da América do Sul*. Brasília: Ipea, 2011. p. 197-246.



BRUCKMANN, Monica. *Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

COCHILCO - Comisión Chilena del Cobre. *Monitoreo de los minerales industriales de Chile: Análisis de los recursos salinos 2013*. Chile, 2013.

CORMARK SECURITIES INC., *Lithium Producers and Developers*, 2011.

FLORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOXIE-DAVIES, *The Lithium Market*, 2013.

FUSER, Igor. *Energia e relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

KELLY, Philip. *Checkerboards and Shatterbelts: The geopolitics of South America*. Austin: University Of Texas Press, 1997.



LAGOS, Gustavo; PETERS, David. *O sector mineiro da América do Sul*. 2010.

MEDEIROS, Carlos. Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.143-167, 201.

PALACIO, Luis Emilio Riva. *Del Triángulo del litio y el desarrollo sustentable: Una crítica del debate sobre la explotación de litio en Sudamérica en el marco del desarrollo capitalista*. 2012.

UNITED STATES. U.S.GEOLOGICAL SURVEY. *Mineral Commodity Summaries 2014*, 2014.

UNITED STATES. U.S.GEOLOGICAL SURVEY. *Minerals Yearbook. Lithium [Advance release]*, 2012.

WRIGHT, Lawrence. *Sonhos de lítio*. *Revista Piauí*, Edição 45, 2010.

YERGIN, Daniel. *A busca: Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.



Neoliberalismo, Ortodoxia e Ajuste Econômico: crítica da economia política brasileira

Toda mistificação, a não ser que seja pura verborragia, costuma ter uma base real concreta. Se isso for verdadeiro, qual seria o sentido para um pensamento convencional que se apresenta como a única resposta possível para o enfrentamento dos impactos da atual crise econômica mundial? Por que o ajuste ortodoxo se apresenta como o único tecnicamente correto e, portanto, imprescindível e inexorável?

Se ele fosse puro embuste tratar-se-ia apenas de elucidá-lo como tal. No entanto, ele faz sentido (ainda que o mero sentido comum) e, o que é mais importante, suas hipóteses implícitas, e não com surpresa deliberadamente escondidas, é que devem ser elucidadas para, por um lado, entender suas incongruências enquanto argumento / proposta e, por outro, quais interesses atende.

O primeiro ponto a elucidar, se o objetivo é desmistificar a inexorabilidade do ajuste



“Por que o ajuste ortodoxo se apresenta como o único tecnicamente correto e, portanto, imprescindível e inexorável?”



“Não são poucos os que confundem uma política econômica ortodoxa com o neoliberalismo”



ortodoxo, diz respeito à relação entre a estratégia neoliberal de desenvolvimento e o caráter (ortodoxo ou heterodoxo) da política econômica. Não são poucos os que confundem uma política econômica ortodoxa com o neoliberalismo, o que é falso. Este último, segundo seus defensores, se define por duas características.

Em primeiro lugar, é pré-condição obter e manter a estabilização macroeconômica, isto é, o controle inflacionário e das contas públicas. O objetivo aqui é, segundo o pensamento convencional, manter a estabilidade dos principais indicadores (fundamentos) macroeconômicos, para que os capitais possam formular melhor expectativas de médio e longo prazo e, portanto, investir em prazos mais longos. Com que tipo de política econômica se obtém a estabilização? Para o neoliberalismo, não importa, desde que se consiga. Na verdade, o caráter da política

econômica, se ortodoxo ou não, é definido pela conjuntura específica que se achesse.

Em segundo lugar, obtida a pré-condição da estabilização macroeconômica, o neoliberalismo – e é isto que o define de forma característica – defende a implementação de reformas estruturais de privatização, liberalização, desregulamentação e abertura dos mercados, em especial os mais importantes para uma economia capitalista, o de trabalho e o financeiro.

Portanto, o neoliberalismo não pode, em hipótese alguma, ser reduzido à aplicação de políticas econômicas ortodoxas, podendo perfeitamente, dependendo da conjuntura, ser impulsionado com políticas econômicas heterodoxas.

Mas, a atual conjuntura da economia mundial, de profunda e duradoura recessão, de fato, colocaria o ajuste ortodoxo como a única forma de combate aos efeitos dessa crise, tanto em economias centrais como em países em



“o neoliberalismo (...) pode (...) dependendo da conjuntura, ser impulsionado com políticas econômicas heterodoxas”



“O argumento convencional defende que a causa da crise é o excesso de gastos/demanda na economia, especialmente o gasto público, sem o respaldo de capacidade produtiva para ofertar.”



desenvolvimento. O argumento convencional defende que a causa da crise é o excesso de gastos/demanda na economia, especialmente o gasto público, sem o respaldo de capacidade produtiva para ofertar. Os efeitos disso seriam o crescimento do nível geral de preços, o aumento do déficit público que, quando financiado com venda de títulos públicos, impacta na maior dívida pública, e a elevação dos déficits externos, que redundam em endividamento externo.

Com esse diagnóstico, a terapia ortodoxa, portanto, se resume à restrição da oferta monetária/creditícia e ao ajuste fiscal. A política monetária, operacionalizada pelo Banco Central, pode ser impulsionada por restrições de quantidade de moeda e/ou por elevação das taxas de juros. No atual regime de metas inflacionárias, que caracteriza a economia brasileira, a lógica se dá pela segunda opção, isto é, o Banco Central eleva as taxas básicas de juros, sinalizando para os mercados monetário e financeiro a restrição monetária, no intuito

regime de metas inflacionárias, que caracteriza a economia brasileira, a lógica se dá pela segunda opção, isto é, o Banco Central eleva as taxas básicas de juros, sinalizando para os mercados monetário e financeiro a restrição monetária, no intuito de controlar a inflação. O ajuste fiscal, por sua vez, ganha uma notoriedade ainda maior dentro desse pacote econômico. Ele pode ser obtido por uma combinação de maior arrecadação, com elevação de impostos, e/ou diminuição dos gastos públicos. A ortodoxia sempre prefere esta última, e o argumento é que o maior peso dos impostos reduz os gastos privados, restringindo a recuperação da economia.

O arrocho fiscal, baseado na redução dos gastos públicos, levaria a uma redução do déficit público, mas o objetivo é que, descontadas as despesas financeiras, o Estado passe a apresentar um superávit – o conhecido superávit primário. Isto significa, por um lado, que a arrecadação estatal supera os gastos convencionais com, por exemplo, educação, saúde,



“O ajuste fiscal, por sua vez, ganha uma notoriedade ainda maior dentro desse pacote econômico.”



*“Evidente que os seus
formuladores/operadores
devem ser técnicos
(economistas)
especializados, imunes
aos apelos populistas”*



habitação, funcionalismo, etc. Esta sobra de recursos permitiria o pagamento do serviço da dívida pública que, dado o esforço fiscal, poderia representar a redução do estoque da dívida pública em relação ao PIB, um dos principais fundamentos macroeconômicos para este tipo de visão.

Faz todo o sentido, e é algo perfeitamente inteligível para qualquer um que não tenha preconceitos ideológicos. Evidente que os seus formuladores/operadores devem ser técnicos (economistas) especializados, imunes aos apelos populistas, para que a política tenha sustentabilidade e crie confiança nos mercados. Este é o argumento convencional, incluindo aí a suave forma de nos dizer que a técnica econômica implementada deve ser imune a interferências políticas.

Em primeiro lugar, o arrocho fiscal recessivo, como conclusão, requer uma hipótese de partida que raramente é explicitada no argumento: as despesas do Estado são

compostas por gastos correntes (não financeiros) e por despesas financeiras. Dessa forma, o déficit público que por ventura se estabeleça se define pelo excesso de gastos (financeiros e não-financeiros) em relação às receitas. Desconsiderando a hipótese de maior arrecadação para fazer frente às despesas, a pergunta é óbvia: por que a variável de ajuste são as despesas não-financeiras? Por que o ajuste fiscal não pode ser feito nas despesas financeiras, isto é, nos gastos públicos com juros e amortizações da dívida pública? Isto nos leva a dois pontos.

Por um lado, a explícita defesa de superávits primários para pagamento do serviço da dívida demonstra o compromisso com a manutenção do valor desses títulos públicos que constituem o estoque da dívida pública. O argumento oficial é que isto é necessário para a confiança e melhor rolagem da dívida. O que não se explicita é a real causa do aumento da dívida nos últimos tempos,



*“a pergunta é óbvia:
por que a variável de
ajuste são as despesas
não-financeiras?”*



“Na verdade, o crescimento da dívida pública brasileira (...) ocorre por várias razões [...] relacionadas aos reais interesses econômicos e políticos que sustentam o bloco de poder atualmente governando o país.”



saindo de R\$ 1,01 trilhão em 2004 para cerca de R\$ 2,5 trilhão em meados de 2015. Na verdade, o crescimento da dívida pública brasileira, e este é o segundo ponto, ocorre por várias razões, todas elas relacionadas aos reais interesses econômicos e políticos que sustentam o bloco de poder atualmente governando o país.

A primeira delas é a elevada taxa de juros, que corrige, em grande parte, o estoque da dívida pública. Se considerarmos que o crescimento da economia é um bom indicador do crescimento da arrecadação, e compararmos com o crescimento das taxas de juros domésticas, percebe-se que estas últimas superam em muito as primeiras, o que obriga, na lógica convencional, a elevar os superávits primários apenas para manter estável a relação estoque da dívida sobre o PIB.

Logo, exatamente ao contrário da ortodoxia, as taxas de juros não são altas porque a dívida é elevada, mas exatamente o contrário. Trata-se, portanto, de reduzir as taxas de juros.

A segunda faz parte da forma como todos os governos procuraram responder à crise econômica desde 2007. A pressão por desvalorização dos títulos no contexto da crise foi respondida pelos Estados com maior atuação destes nos mercados, procurando manter o nível da demanda por esses papéis de forma a não desvalorizá-los em demasia. Como se obteve isto? Novamente, a redução dos gastos não-financeiros (ajuste fiscal recessivo) cumpriu um papel. Mas, o mais importante é que o Estado financiou esta intervenção recorrendo à tomada de empréstimos no mercado privado, oferecendo em troca títulos públicos. O curioso, para dizer o mínimo, é que boa parte do crescimento da dívida pública ocorreu simplesmente para fazer com que o setor privado trocasse papéis com



“Logo, exatamente ao contrário da ortodoxia, as taxas de juros não são altas porque a dívida é elevada, mas exatamente o contrário.”



“Tratar-se-ia (...) de reduzir as taxas de juros para inverter essa ciranda. Mas isso não se obtém apenas por vontade política. Há (...) dois requisitos complexos para que isso seja possível.”



tendência de desvalorização por títulos públicos com alta liquidez e rentabilidade.

Além disso, a dívida pública está intimamente ligada ao fluxo internacional de capitais. Em um contexto de elevadas taxas domésticas de juros, ocorre uma forte atração de recursos externos que, convertidos para a moeda doméstica, levariam a uma expansão da oferta monetária, justamente na contramão da política monetária contracionista que se aplica no momento. Assim, o Banco Central se vê na obrigação de esterilizar esses recursos, ou seja, compensar esse acréscimo monetário com retirada de moeda por outros canais. Essa compra de moeda no mercado monetário só pode ser feita oferecendo algo em troca, para vender, justamente títulos da dívida pública federal, ampliando o estoque dessa dívida.

Tratar-se-ia, portanto, de reduzir as taxas de juros para inverter essa ciranda. Mas isso não se obtém apenas por vontade política. Há pelo menos dois requisitos complexos para que isso seja possível.

Uma redução das taxas de juros tende a expandir a demanda agregada o que pode, de fato, levar a uma pressão inflacionária. Esta verdade, no entanto, não ocorre pela razão propagandeada pelo oficialismo, o excesso de demanda. O que ocorre é que desde os anos 1980 a economia brasileira tem convivido com taxas de investimento (acréscimo de capacidade produtiva) pífias, o que leva a um potencial de oferta restrito. Qualquer pequeno crescimento da demanda esbarra em uma limitação estrutural da oferta, o que pressiona os preços. O problema não é de demanda, mas de oferta/custos. Como se amplia a capacidade produtiva em um contexto de altas taxas de juros? Certamente não contando com a boa vontade dos capitais privados, burguesia nacional/transnacionalizada, o termo que se queira. O Estado, historicamente, em economias capitalistas é o responsável por isso.



“O problema não é de demanda, mas de oferta/custos.”



“Isto nos leva à questão de fundo (...) é preciso que a estratégia neoliberal de desenvolvimento seja rompida/revertida.”



A redução das taxas de juros ainda pode provocar uma fuga de capitais, ainda mais em um cenário de instabilidade mundial, que, no limite, pode levar a uma crise cambial. A condição necessária para que isso não ocorra é simples: restringir a saída de capitais, através de um sério e radical controle de capitais.

Isto nos leva à questão de fundo, uma vez que, para que isso ocorra, é preciso que a estratégia neoliberal de desenvolvimento seja rompida/revertida. Mas isso requer outra conformação do bloco de poder, uma vez que os interesses que atualmente são privilegiados teriam que ser contrariados. Na atual conformação, o ajuste à crise econômica será - e já está sendo - pago pela classe trabalhadora. Não poderia ser diferente na atual estratégia de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para que a conta do ajuste seja paga pelo capital, ou por algumas de suas modalidades de acumulação, requer-se outra estratégia de desenvolvimento, e não apenas “outra”

política econômica.

E nem falamos de socialismo!

MARCELO DIAS CARCANHOLO

Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), Presidente da Sociedade Latino-americana de Economia Política e Pensamento Crítico e Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).





Um novo tempo em Portugal?¹

Há uma dialética inexorável entre tempo e vontades – inclusive políticas. Cantava esta José Mário Branco, ao fazer suas as palavras de Camões, de que “*mudam-se os Tempos, mudam-se as Vontades*”, ainda que o próprio tempo tenha alterado o texto do último pelas vontades do primeiro. É de mudanças de tempos e de vontades que é tecida a atual conjuntura portuguesa. O acordo de sustentação parlamentar à esquerda de um governo do PS é uma novidade que abre um novo tempo no sistema político deste país europeu. Ainda que tenha sido bloqueado durante algum tempo pela vontade do Presidente da República (PR) sainte, Aníbal Cavaco Silva, este teve sua vontade vencida pelos fatos da realidade, tanto as vontades majoritárias do povo português, como pelos limites institucionais e constitucionais que lhe vedaram outras saídas políticas.

A democracia portuguesa tende enquanto regime e por suas instituições



“O acordo de sustentação parlamentar à esquerda de um governo do PS é uma novidade que abre um novo tempo no sistema político deste país europeu”

“há uma hegemonia dos dois maiores partidos, que se torna ainda mais clara a partir de 1987, quando PSD e PS somam juntos 73% dos votos e 83% das cadeiras”



a favorecer um modelo de democracia consociativa, “*não produzindo facilmente maiorias absolutas artificiais (isto é, só de lugares no Parlamento) de um só partido.*”² Contudo, “*a dificuldade das várias forças políticas em se entenderem, nomeadamente à esquerda, terá levado a uma concentração do voto nos dois maiores partidos, desde 1987: uma reacção dos cidadãos à instabilidade governativa que se viveu nas primeiras décadas do novo regime.*”³

Como se poderá ver abaixo nas tabelas a seguir, há uma hegemonia dos dois maiores partidos, que se torna ainda mais clara a partir de 1987, quando PSD e PS somam juntos 73% dos votos e 83% das cadeiras, tendo um pico em 1991 (80% dos votos e 90% dos parlamentares), sendo a soma mais baixa pós-1987 em termos de votos alcançada em 2009 (66%) e em 2015 em cadeiras (76%). Excluindo-se o ano de 1985 pela excepcionalidade derivada da aparição fulgurante do Partido Renovador Democrático (PRD), criado sob o patrocínio



do então presidente da República general Ramalho Eanes, que obteve 17,92% dos votos e 18% das cadeiras⁴, o peso do PSD e PS somados teve como mínimos históricos 1976, com 59% dos votos e 72% das cadeiras parlamentares.

Contudo, e isto é o mais importante, quando considerado o chamado arco de governação, a situação é ainda mais estável. O 'arco de governação' é a 'troika' de partidos até as eleições de 2015 considerados aptos a serem potenciais aliados ou componentes de coligações pré ou pós-eleitorais pelos demais e com possibilidade de compor governos. Ou seja, além do PS e do PSD, o CDS-PP comporia o arco de governação. Até as últimas eleições os demais partidos com representação parlamentar, o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) eram considerados excluídos de qualquer articulação governativa, relegados à posição de oposição permanente, quase partidos de



“Até as últimas eleições (...) o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) eram considerados excluídos de qualquer articulação governativa”

“Até fins de 2015 a democracia portuguesa pós-25 de abril só vira governos formados por alianças entre esses partidos [PSD, PS, CDS].”



segunda ordem. Até fins de 2015 a democracia portuguesa pós-25 de abril só vira governos formados por alianças entre esses partidos.

Como dito acima, se considerada a somatória dos votos e cadeiras parlamentares dos três partidos do arco de governação, a hegemonia será ainda maior e mais estável: excluindo-se o excepcional ano de 1985, o arco de governação nunca ameahou menos que 72% dos votos e 81% das cadeiras parlamentares, tendo alcançado os picos de 87% de votos e de 94% de cadeiras parlamentares em 1985 e 2002. É notável o fato de as eleições de 2015 representarem um dos pontos mais baixos na história – novamente e sempre se exceptuando 1985 – em termos de votos do arco da governação, com 71%, sendo preciso retornar a 1975 para se encontrar uma proporção tão baixa (72%) e o peso mais baixo na Assembleia da República desde 1983 (82%), sendo de 84%. A queda em relação à eleição de 2011 foi de 8 pontos percentuais em votos e 5 pontos



percentuais em cadeiras. Quando comparado ao maior valor na série histórica em cada quesito a diferença é de -16 pontos percentuais em votos e -10 pontos percentuais em cadeiras.



ANO ELEIÇÃO AR	Peso Eleitoral do Partido mais Votado (Sempre PS ou PSD) ⁵	Peso Eleitoral dos dois partidos mais votados (Sempre PSD e PS)	Peso eleitoral dos chamados partidos do "Arco de Governação" (PS, PSD CDS-PP)
1975	0,38 (PS)	0,64	0,72
1976	0,35 (PS)	0,59	0,75
1979			0,73 ⁶
1980			0,75
1983	0,36 (PS)	0,63	0,76
1985	0,30 (PSD)	0,51	0,61
1987	0,50 (PSD)	0,73	0,77
1991	0,51 (PSD)	0,80	0,84
1995	0,44 (PS)	0,78	0,87
1999	0,44 (PS)	0,76	0,84
2002	0,40 (PSD)	0,78	0,87
2005	0,45 (PS)	0,74	0,81
2009	0,37 (PS)	0,66	0,76
2011	0,39 (PSD)	0,67	0,79
2015			0,71

ANO ELEIÇÃO AR	Índice de Concentração de Cadeiras pelo Maior Partido (Sempre PS ou PSD)	Índice de Concentração de Cadeiras Acumuladas pelos dois maiores partidos (Sempre PSD e PS)	Índice de Concentração de Cadeiras Acumuladas nos chamados partidos do "Arco de Governação" (PS, PSD, CDS-PP)
1975	0,46 (PS)	0,79	0,85
1976	0,43 (PS)	0,72	0,89
1979	0,32 (PSD)	0,62	0,79
1980	0,33 (PSD)	0,59	0,77
1983	0,40 (PS)	0,70	0,82
1985	0,35 (PSD)	0,58	0,67
1987	0,59 (PSD)	0,83	0,85
1991	0,59 (PSD)	0,90	0,92
1995	0,49 (PS)	0,87	0,94
1999	0,50 (PS)	0,85	0,92
2002	0,46 (PSD)	0,88	0,94
2005	0,53 (PS)	0,86	0,91
2009	0,42 (PS)	0,77	0,86
2011	0,47 (PSD)	0,79	0,89
2015	0,39 (PSD)	0,76	0,84



Contudo, apesar da queda dos índices do arco de governação seriam ainda viabilizadores de governos nos marcos dos três partidos, variando dos 45% de um governo do PS com o CDS (como o breve de 1978), a reedição dos governos PSD e CDS (1980-1983; 2002-2005 e 2011-2015)



com 47%, ou o único que alcançaria maioria absoluta um governo PS-PSD (como o do Bloco Central em 1983-1985) com folgados 76%. Contudo, a política não é mera aritmética, mas uma equação ainda mais difícil, que leva em conta subjetividades e contextos, como se verá a seguir.

Mudanças de vontades: a tensa relação PS e PCP ao longo da história

O surgimento de um acordo que abarca o Partido Socialista (PS) e o PCP é a prova do acerto de Padre António Vieira de que *“tudo cura o tempo”*, inclusive as mágoas que restavam do verão quente e do seu trágico fim no 25 de novembro de 1975. Contudo, isto deveria ser menos surpreendente do que os comentaristas políticos expressaram durante as semanas que este era negociado, bem como após sua assinatura. Como também é produto não só de uma mudança de vontade do PCP, mas também do PS, o que é pouco notado pelos comentaristas, que imputam



“O surgimento de um acordo que abarca o Partido Socialista (PS) e o PCP é a prova do acerto de Padre António Vieira de que ‘tudo cura o tempo’ ”

“O bloqueio a um governo à esquerda ao longo das últimas décadas deveu-se, fundamentalmente, à postura do PS”



a responsabilidade para a inexistência de governos de esquerda em Portugal no primeiro partido.

O bloqueio a um governo à esquerda ao longo das últimas décadas deveu-se, fundamentalmente, à postura do PS, que desde o I Governo Constitucional em 1976 preferiu sempre governar seja minoritariamente e sozinho, seja governar à direita com o CDS (1978) ou com o PPD/PSD no chamado Bloco Central (1983-1985), a aventar a hipótese de aproximação com as forças no espectro à esquerda, em particular o PCP. Como chamou a atenção André Freire, já *“tinha havido várias maiorias relativas do PS, as quais, somadas aos deputados da esquerda radical, davam maioria absoluta (1976; 1983; 1995; 1999; 2009). Porém, nestes casos sempre o PS se aliou à direita para governar e portanto nunca a maioria parlamentar de esquerdas, que existiu nesses vários momentos, foi convertida em maioria de governo.”*⁷ O mesmo autor já enfatizava esta realidade em 2009 ao afirmar que *“o PS não se*



consegue entender com a esquerda radical ao contrário do que se passa com os seus congéneres socialistas e sociais-democratas não só na Europa do Sul (nomeadamente em Espanha, França, Itália e Chipre) mas também na Escandinávia e em vários outros países europeus” e “na Europa, o PS é um dos partidos menos alinhados à esquerda da família socialista/social-democrata”⁸.

Não é, contudo, de se estranhar a postura do PS: atuou desde o primeiro momento para desconstruir os mecanismos de democracia popular e fortalecer a democracia liberal, reforçando o papel da Assembléia da República (AR), bem como no sentido do desmonte das medidas socializantes, retrocedendo nos avanços coletivizantes revolucionários, como ficou claro logo de início com a revisão da Lei da Reforma Agrária, bem como sua atuação nas desnacionalizações. Também passou a assumir a vanguarda do processo de



“Não é, contudo, de se estranhar a postura do PS: atuou desde o primeiro momento para desconstruir os mecanismos de democracia popular e fortalecer a democracia liberal”

“a trajetória futura do PS irá reforçar o distanciamento com a esquerda (...) O socialismo agora nem mais na gaveta se encontraria.”



adesão a então CEE (hoje UE), que se conjuga ao reforço interno dos aspectos liberais, como o recurso ao FMI em 1977. Já nesta época tratava o primeiro-ministro Mário Soares de “meter o socialismo na gaveta”⁹.

Contudo, a trajetória futura do PS irá reforçar o distanciamento com a esquerda: a aprovação no III Congresso, em março de 1979, do documento *Proposta PS para os anos 80: Dez anos para mudar Portugal*, prossegue na moderação, que se afirma e se procede a um ajuste entre a prática e a teoria no V Congresso, de outubro de 1983, em que se abandona o marxismo como inspiração. O socialismo agora nem mais na gaveta se encontraria. Fora o breve interregno da direção do secretário-geral Jorge Sampaio (1989-1992) quando há uma relativa viragem à esquerda, costurando uma aliança com o PCP que o leva à Presidência da Câmara em Lisboa nas autárquicas de 1989, a trajetória foi sempre uma guinada ao centro. Esta se consolida com a direção de António Guterres entre



1992 e 2002, que se construiu politicamente já no pós-25 de abril, e que “pertenceu ao grupo de ‘tecnocratas’ de matriz católica, dos anos 80, que muito contribuiu para a desmarxização ideológica e para a pragmatização política do Partido Socialista”¹⁰. Já era de sua pena o documento de 1979. A sua iniciativa dos Estados Gerais – preparatória das eleições de 1995 – é comparável à ação de Tony Blair e o *New Labour* (Novo Trabalhismo) no Reino Unido e Gerhard Schröder e seu *Neue Mitte* (Novo Centro) na Alemanha. Mais do que isso: fez uma ruptura geracional nas hostes do PS (“sub-40”), dando cargos de responsabilidade em seu governo, e que permanecem as principais figuras do partido, como Jorge Coelho, António José Seguro, António Vitorino, Carlos Zorrinho, Francisco Assis e José Sócrates. Até mesmo António Costa, após passar pelas hostes sampaístas, foi nomeado, primeiro, secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, em 1997



“A sua iniciativa dos Estados Gerais (...) é comparável à ação de Tony Blair e o *New Labour* (Novo Trabalhismo) no Reino Unido e Gerhard Schröder e seu *Neue Mitte* (Novo Centro) na Alemanha.”



passou a ministro desta pasta e em 1999 se tornou Ministro da Justiça. Por isso afirma Adelino Maltez que, mesmo afastado da secretaria-geral do PS desde janeiro de 2002, *“ele esteve sempre presente por interpostas pessoas. Foi um dos criadores destes meninos e o inspirador de determinada elite que está no poder.”*¹¹

Estes consolidaram um novo perfil, inclusive nas bases do PS, como traçava em 2005 o raio-x do perfil dos integrantes do partido o então Ministro dos Assuntos Parlamentares e atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, figura eminente no partido, o sociólogo Augusto Santos Silva: *“‘69 por cento dos militantes’ entraram durante as lideranças de Guterres e Ferro (são, portanto, filiações recentes); em que metade dos militantes ‘tem até seis anos de escolaridade’; em que ‘um quarto tem instrução superior’; cuja ‘cobertura e implantação abrangem todo o território nacional’. Em suma, um grande partido em que ‘não é a diferença social que explica o voto no PS’, antes a ‘identificação ideológica e com o líder’.”*¹²



Isto é confirmado por outras pesquisas, como de Marco Lisi, que ao estudar a evolução de quatro partidos socialistas do sul da Europa (PS, PASOK, DS e PSOE) aponta que os *“dados confirmam que o PS e o PASOK são os partidos de esquerda com uma menor ancoragem do voto à classe social em relação aos outros partidos da mesma família na Europa do Sul”*, mesmo que nos quatro casos ao se tomar *“como variável dependente o voto nos principais partidos de esquerda em contraposição com o voto nos partidos de governo da direita, é possível evidenciar para todos um declínio do poder explicativo das determinantes sociais em detrimento das variáveis ideológicas ou da avaliação do líder.”*¹³

A característica de moderação da trajetória do PS é clara, sendo caracterizada sua evolução programática e ideológica *“por uma lenta e gradual deslocação para o centro”*, sendo esta evolução marcada por dois fatores, *“a*



“A característica de moderação da trajetória do PS é clara, sendo caracterizada sua evolução programática e ideológica”

“Desta forma, consolidava-se de forma mais clara a tendência do PS enquanto um ‘partido de todo o mundo’ (catch-all party).”



necessidade de se diferenciar quer do PCP quer do PSD, na tentativa de se apresentar como um compromisso entre o modelo liberal-conservador do partido de centro-direita e o modelo socialista proposto pelos comunistas” e “as responsabilidades de governo assumidas na primeira década do regime democrático levaram os dirigentes socialistas a adotar uma orientação [...] pragmática, condicionada pela crise económica e financeira que o país atravessava e pelas restrições impostas pela Comunidade Europeia”, tendo desde os anos 1990 adotado “um liberalismo pragmático, combinado com a ênfase sobre algumas políticas sociais (educação, sistema de saúde e segurança social)”¹⁴.

Desta forma, consolidava-se de forma mais clara a tendência do PS enquanto um ‘partido de todo o mundo’ (catch-all party). Esta já estava implícita desde a conjuntura revolucionária de sua consolidação de um pequeno partido de quadros no exílio para um partido repentinamente central na política



portuguesa. Ao não poder em seus primeiros tempos emergir lentamente das clivagens sociais, sendo necessário consolidar rapidamente suas instituições na disputa do processo político e sem conhecer as orientações ideológicas do eleitor português, combinadas ao *“curto lapso entre o derrube do antigo regime e a realização das eleições constituintes [...] fizeram com que a conquista dos votos e o exercício do poder político se tornassem os objectivos prioritários dos partidos à direita do PCP e que esses partidos [CDS-PP, PSD, PS] assumissem a arena eleitoral como ‘opção estratégica’.*”^{15 16}

A aproximação parcialmente se pode explicar por interesses do secretário-geral do PS António Costa em manter-se à frente do partido, pois a outra ala do partido, ligada ao ex-secretário-geral António José Seguro, como ao eurodeputado Francisco Assis, localizada à direita, seria incapaz de estabelecer um acordo à esquerda – nem gostaria de



“A aproximação parcialmente se pode explicar por interesses do secretário-geral do PS António Costa em manter-se à frente do partido”

“Há, é claro, uma alteração no próprio PCP. Na verdade, várias alterações, que só são novas para quem não acompanha suas transformações, ou para quem usou a experiência do PREC como espantalho”



fazê-lo. Este objetivo foi cumprido integralmente por António Costa que ainda conseguiu se tornar Primeiro-Ministro em 26 de novembro de 2015.

Como já dizia André Freire em 2009, para que fosse possível uma aproximação no campo das esquerdas era preciso que o PS reconhecesse primeiro “o seu forte centrismo ideológico e, segundo, precisa[va] de reconhecer que necessita de ceder significativamente nesse centrismo para tornar possível uma aproximação à esquerda radical”¹⁷, o que teve de fazer.

Há, é claro, uma alteração no próprio PCP. Na verdade, várias alterações, que só são novas para quem não acompanha suas transformações, ou para quem usou a experiência do PREC como espantalho para tentar impedir o governo de centro do PS com sustentação à esquerda no Parlamento. É verdade que o PCP foi um dos poucos partidos comunistas europeus que sobreviveu ao eurocomunismo, à *perestroika* e à implosão da União Soviética,



ao lado do KKE grego, e que manteve bases sociais e eleitorais relativamente firmes conquistadas na Revolução, exemplificadas pela CGTP e pelo Alentejo. Contudo, essa sobrevivência não passou incólume, pois *“todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades”*¹⁸. Altera a orientação de sua ação política, ao se ‘nacionalizar’ com o fim da URSS e se tornar um partido voltado à lógica da disputa nacional. Recua frente à realidade imposta das ambições revolucionárias para uma postura de defesa das conquistas de abril, batendo-se em defesa da Constituição de 1976. Além disso, o PCP não foge aos marcos gerais do sistema político português, que ao longo do período democrático passou por um processo de parlamentarização partidária¹⁹. Se no passado o secretário-geral do PCP não ocupava seu assento na Assembleia da República (AR), sendo logo substituído, Jerónimo de Sousa não só exerce seu cargo de deputado como o



“o PCP não foge aos marcos gerais do sistema político português, que ao longo do período democrático passou por um processo de parlamentarização partidária”

“Pode se argumentar, como o faz uma série de comentaristas políticos alinhados ao PSD e CDS, que a causa imediata do acordo foi a reversão das concessões dos transportes coletivos de Lisboa e do Porto”



faz de tribuna de disputa com as posições à direita. Pode se argumentar, como o faz uma série de comentaristas políticos alinhados ao PSD e CDS, que a causa imediata do acordo foi a reversão das concessões dos transportes coletivos de Lisboa e do Porto, pois o controle sobre os mesmos pelos sindicatos da CGTP é arma fundamental para a concretização de grandes mobilizações, como as Greves Gerais, sendo a CGTP uma das grandes responsáveis pela manutenção do peso político do partido. Contudo, tal qual a dos interesses políticos pessoais de Costa esta é uma explicação que nem por ‘poucoquinho’ se aproxima de permitir uma elucidação do real significado dos factos.

Mudam-se as vontades no BE?

Não se esquece aqui de falar do outro partido que teve que mudar suas vontades para celebrar o acordo, o Bloco de Esquerda (BE). Não se tratará do PEV pois este segue seu destino de ser uma linha acessória do PCP. O BE ainda mais caminhou pela sendas da



parlamentarização. E que saiu da última eleição como a única força política a poder se afirmar como vitoriosa, ao ultrapassar pela primeira vez 10%, mais que dobrando seus deputados, ao passar de 8 para 19 mandatos. Ao que parece superou a crise interna em que vivia a se debater a partir de seu primeiro revés eleitoral desde a fundação (em 1999) quando em 2011 recebeu nas legislativas apenas 5,17%, contra seus 9,82% de 2009, e queda de 16 para 8 deputados. Revés que se estendeu nas europeias de 2014, quando ficou como quinta força (4,56%), elegendo apenas a eurodeputada Marisa Matias. Entre os elementos a nutrir esses falhanços estava a dificuldade enfrentada pela sua direção em transitar dos chamados temas fraturantes de cariz mais comportamental/identitário, como a questão do aborto e do casamento homoafetivo – que estavam a se resolver, em particular com o posicionamento do governo do PS de José Sócrates que



“(o BE) saiu da última eleição como a única força política a poder se afirmar como vitoriosa, ao ultrapassar pela primeira vez 10%, mais que dobrando seus deputados, ao passar de 8 para 19 mandatos.”

“A crise do BE também foi produzida pela saída do inimigo interno principal da direção partidária, o Ruptura/FER de Gil Garcia”



buscava assim dar uma faceta mais progressiva ao seu governo – para as temáticas que apresentassem uma alternativa sólida à crise econômica e que envolvem necessariamente discutir o problema do euro e da integração dependente à União Européia.

Esta crise levou à saída de uma das correntes fundadoras, a Política XXI, com dirigentes como Daniel Oliveira e Ana Drago (que constituíram a Tempo de Avançar), bem como de outras figuras públicas como Joana Amaral Dias (AGIR) e Rui Tavares (LIVRE). A crise do BE também foi produzida pela saída do inimigo interno principal da direção partidária, o Ruptura/FER de Gil Garcia, que deixou o partido em fins de 2011 e legalizou em 2013 o Movimento Alternativa Socialista (MAS). A inexistência de um inimigo comum que aglutinasse as diversas sensibilidades políticas levou a que se voltassem uns contra os outros à procura de culpados. Ao que parece, um dos pontos mais importantes de divergência, a posição em



relação à política de alianças, em particular com o PS, está a ser superada, auxiliada pela moderação e transição mais ao centro político que tem vindo a consolidar. Perceba-se que a assinatura do acordo que inclui o PCP não foi das tarefas mais fáceis, tendo em vista a rejeição de suas bases eleitorais e militantes ao partido de Jerónimo de Sousa.

O que explica a ruptura no arco de governação?

O que explica então as mudanças de vontades no PS, PCP/PEV e BE para além das explicações reducionistas já apontadas? A recente polarização ideológica dentro do antigo arco de governação. A guinada do PSD, que se desloca da centro-direita para uma posição ao lado do CDS à direita do espectro político. Esta radicalização que se apresentou ao longo de todo o governo da Coligação (2011-2015). A mesma se expressou particularmente no programa fundamentalista de austeridade neoliberal e de privatizações²⁰. A



“O que explica a ruptura no arco de governação? (...) A recente polarização ideológica”

*“A situação de
bancarrota social e
econômica levou à
rejeição popular à
Coligação PàF”*



Coligação foi mais troikista que a Troika, retrocedendo em direitos sociais e trabalhistas, empobrecendo a população e levando à emigração em massa. Entre 2010 e 2013 a emigração cresceu mais de 50%, estabilizando entre 2013 e 2014 em 110 mil por ano, sendo *“preciso recuar a 1973 para se encontrar valores para a emigração desta ordem de grandeza”*²¹. Programa que não poderia recuperar a economia portuguesa, pois aprofunda a recessão, sendo incapaz de reverter a trajetória de aumento da dívida pública, que passou de 164,34 mil milhões de euros em maio de 2011, sob o governo de José Sócrates, para 224,15 mil milhões de euros em maio de 2015, após todos os sacrifícios populares.

A situação de bancarrota social e econômica levou à rejeição popular da Coligação PàF (PSD/CDS), que perdeu 738 mil votos (ficando com 1,9 milhão de votos), a maioria absoluta anterior, reduzida a 38,56%, diminuindo em 25 deputados sua representação. A população claramente deu uma maioria às forças que se



contrapõem à política de direita, sufragando aos partidos à esquerda do governo 2.819.746 de votos²², somando 52,15% dos mesmos e 53,48% dos deputados.

A permanência do PS no centro do espectro político, agora isolado, converte-o num verdadeiro partido-charneira, único capaz de compor com as forças dos dois lados do espectro. Contudo, uma aproximação com a direita nos tempos atuais significaria uma destruição política nos moldes de um PASOK grego. De fato, o grande impeditivo político é a existência de uma percepção negativa contra a direita, majoritária após o XIX Governo (2011-2015). Restava como única alternativa ao PS uma aliança à esquerda, da qual se beneficiava da percepção do PCP da necessidade de derrubar o governo e sua política como forma de atender os anseios de sua base e cumprir seu papel de defensor das conquistas de abril, e do BE de consolidar sua ocupação numa posição mais à centro-esquerda.



“A permanência do PS no centro do espectro político, agora isolado, converte-o num verdadeiro partido-charneira, único capaz de compor com as forças dos dois lados do espectro.”

“Apesar das reticências do PR e de parte da representação da patronal (...) a indignação de António Costa era inevitável.”



Como resultado desta convergência de vontades chegou-se ao acordo, derrubou-se o governo e iniciou-se o XXI Governo, liderado por António Costa e composto pelo PS, com sustentação parlamentar à esquerda.

Apesar das reticências do PR e de parte da representação da patronal, em particular a Confederação dos Agricultores de Portugal – ainda ressentida com o PCP pelo processo de reforma agrária, a indignação de António Costa era inevitável. A única solução alternativa possível ao PR era a manutenção de um governo de gestão, que se mostrava inviável por uma questão, novamente, de tempo. Havia a dupla limitação presente no artigo 172 da Constituição para a dissolução da AR pelo PR, pois não só o parlamento não possuía ainda os seis meses exigidos, bem como o PR se encontrava a menos de seis meses do término de seu mandato. Um governo de gestão significaria um governo de poderes limitados, enfrentado por uma oposição majoritária na AR e incapaz de aprovar



um Orçamento de Estado por quase um ano. Esta saída carregava ameaças e medos superiores para a maioria da patronal portuguesa e europeia do que um governo do PS, ainda que apoiado pela esquerda no Parlamento. Além de ser inconstitucional qualquer tipo de exigência pelo PR para além do acordo que já existia, tendo sido suas tentativas neste sentido uma possível exorbitação de seus poderes. O presidente Cavaco Silva acabou por atuar como uma força de instabilidade, a qual tendia a avolumar a resistência política e social.

Na prática, antes mesmo da indigitação alguns dos elementos previstos no acordo das esquerdas já foram sendo implantados, com aspectos progressivos em relação à ampliação das liberdades individuais, como a aprovação na sexta-feira de 20 de novembro de leis que eliminavam qualquer tipo de impedimento à adoção por casais do mesmo sexo e a revogação das alterações à lei da interrupção voluntária da gravidez, que dificultava a garantia ao direito ao aborto.



“antes mesmo da indigitação alguns dos elementos previstos no acordo das esquerdas já foram sendo implantados, com aspectos progressivos em relação à ampliação das liberdades individuais”

“Isto nos leva à questão de fundo (...) é preciso que a estratégia neoliberal de desenvolvimento seja rompida/revertida.”



Contudo, desafios muito maiores virão, como em relação à reversão da privatização da TAP. Vivem-se tempos interessantes. Vejamos até onde vão as vontades de mudanças.

Limites e barreiras para as mudanças

Algumas mudanças foram sentidas desde o início do novo governo, que o levou a ser apelidado por meios de comunicação como o ‘governo do desfaz’²³: o fim das taxas moderadoras e da obrigatoriedade das mulheres irem a consultas com um psicólogo e um técnico social, em caso de interrupção voluntária de gravidez; o fim das medidas mais polémicas do contestado ex-ministro da educação Nuno Crato, como o fim dos exames do 4º ano de escolaridade e do ensino vocacional antes do nono ano, bem como a extinção da prova de avaliação dos professores e o regime de requalificação dos docentes; eliminação dos julgamentos sumários para crimes graves; eliminação no escalão mais baixo de rendimentos da sobretaxa do IRS e progressividade para as demais faixas e a



reposição até outubro de 2016 dos salários do funcionalismo na integralidade, revertendo os cortes²⁴; a anulação das concessões dos transportes públicos de Lisboa e Porto, que ficarão sob controle estatal, e os passes não serão aumentados²⁵; e, já há a negociação para a reversão da privatização da TAP, apesar do PS querer manter apenas 51% do controle acionário e poder vir a deixar a gestão em mãos privadas.

Contudo, dificuldades existirão, tanto de natureza própria de um regime semipresidencialista, como dos decorrentes da integração na União Europeia, bem como da natureza atual do PS. Em relação ao primeiro está a vitória – nada surpreendente pelas seguidas sondagens – de Marcelo Rebelo de Sousa nas presidenciais de 25 de janeiro de 2016. Uma vitória não surpreendente devido aos erros particularmente na área do PS: a existência de duas candidaturas, a do ex-reitor da Universidade de Lisboa, Sampaio da Nóvoa, e da jurista Maria de Belém, sem um apoio claro de António Costa a nenhum dos dois. O maior problema para os socialistas foi a decisão de António



“dificuldades existirão, tanto de natureza própria de um regime semipresidencialista, como dos decorrentes da integração na União Europeia, bem como da natureza atual do PS”

“A vitória de Marcelo Rebelo de Sousa deve-se também em parte à sua estratégia de campanha de se desvincular – apesar de ser um cardeal do PSD – dos partidos de direita, com discursos e contradiscursos”



Guterres, seu mais forte nome, de não avançar como candidato – nome que teria sido unitário e unificador do PS. Este preferiu se lançar – e já recebeu o apoio do governo – como candidato a secretário-geral da ONU, após ter deixado no dia 31 de dezembro de 2015 de ser o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)²⁶.

A vitória de Marcelo Rebelo de Sousa deve-se também em parte à sua estratégia de campanha de se desvincular – apesar de ser um cardeal do PSD – dos partidos de direita, com discursos e contradiscursos onde negava hoje o que tinha dito ontem para falar o oposto no dia seguinte. Adaptava-se em cada debate ao gosto do oponente, não tendo sido nenhum candidato capaz de demonstrar as incongruências em suas posições aos olhos dos eleitores. Lembre-se que Marcelo se beneficiou de mais de uma década como comentarista mais importante da TV portuguesa com suas participações dominicais na TVI.



Os resultados até agora apurados já dão a vitória no primeiro turno, por 52% – 2,4 milhões de votos – de Marcelo Rebelo de Sousa. Em segundo lugar ficou Sampaio da Nóvoa com 22,89%. Marisa Matias (BE) teve 10,13% e Maria de Belém 4,24%, seguida de perto por Edgar Silva (PCP), com 3,95%. Estes apontam além de uma vitória clara de Marcelo, uma derrota conjunta da esquerda que não conseguiu forçar um segundo turno. Apesar disso, houve uma vitória do BE, com sua votação superando em muito a última candidatura própria, de Francisco Louçã em 2006 (5,32%). Contudo, outro dado sintomático é a altíssima abstenção de 49,97%, que só não foi superada pela segunda eleição de Cavaco Silva (2011) com 53,48%, e na segunda eleição de Jorge Sampaio em 2001, com 50,29%. O notável é que se for seguido o padrão das eleições presidenciais pós-25 de abril, o presidente sempre é reeleito e, com a exceção de Ramalho Eanes, sempre com uma abstenção muito maior, de pelo menos 15 pontos percentuais, o que apontaria para numa segunda vitória de Marcelo em quatro anos uma abstenção de pelo



“vitória clara de Marcelo, uma derrota conjunta da esquerda que não conseguiu forçar um segundo turno. Apesar disso, houve uma vitória do BE”

“Para o governo do PS será um desafio o processo de coabitação com um presidente que, apesar de sua estratégia de campanha, é um fiel representante da direita portuguesa.”



menos 64%! Isto sinaliza uma debilitação do regime democrático, que no longo prazo não pode conviver de forma saudável com taxas de abstenções tão altas.

Para o governo do PS será um desafio o processo de coabitação com um presidente que, apesar de sua estratégia de campanha, é um fiel representante da direita portuguesa. A experiência de coabitação conturbada entre o presidente Mário Soares e o primeiro-ministro Cavaco Silva após a reeleição do primeiro podem apontar as dificuldades que podem ser enfrentadas por António Costa.

Em relação às duas outras dificuldades elas se combinam: os limites do atual centrismo do PS, que poderá levar à ruptura com a esquerda no médio prazo, e os limites impostos para a política nacional pela euroburocracia não eletiva de Bruxelas e Frankfurt. Isto se expressou já nalguns momentos. Cito dois apenas: a saída dada para o problema do Banif e a meta de redução do déficit no orçamento de 2016.



No caso do Banif, a saída preferida pela esquerda parlamentar, como referido pela candidata do BE à presidência, Marisa Matias, era a incorporação do banco à Caixa Geral de Depósitos, como também expressou o PCP em sua defesa do controle público do sistema bancário²⁷. Contudo, mesmo após o Estado ter injetado no banco no início de 2013 o montante de 1 bilhão e 100 milhões de euros (destes, apenas cerca de 425 milhões de euros foram devolvidos), o banco foi vendido por apenas 150 milhões de euros para o Santander. Venda viabilizada com mais uma injeção de 1 bilhão e 766 milhões de euros e mais 746 milhões para garantia pública de pagamento futuro aos obrigacionistas, caso não haja recursos para isto – saindo o dinheiro dos contribuintes e não do novo dono, o Santander. Esta nova injeção já foi aprovada no governo do PS com a aprovação de um orçamento rectificativo viabilizado pelos votos do PS e as abstenções dos deputados do PSD (à exceção dos três deputados madeirenses que votaram favoravelmente). Contra votaram o CDS e, o que aponta as primeiras rugas à esquerda, o BE, o PCP,



“Contudo, mesmo após o Estado ter injetado no banco já no início de 2013 o montante de 1 bilhão e 100 milhões de euros (...) o banco foi vendido por apenas 150 milhões de euros para o Santander.”

*“A saída foi exigida por
Bruxelas”*



PEV e PAN. A saída foi exigida por Bruxelas. “A ordem foi clara. Banif tinha de ser vendido ao Santander. E nem valia a pena tentar outras alternativas. O e-mail enviado a Mário Centeno por Danièle Nouy, presidente do Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu, e com o conhecimento de Vítor Constâncio, na manhã de sábado, dia 19 de dezembro, traça o destino que acabaria por ser dado aos ativos do Banif. [...]O supervisor europeu explica depois que “há outras ofertas pelo Banif, que de acordo com a Comissão não respeitam as regras de União Europeia das ajudas de Estado, e que por isso não podem seguir em frente”. E deixa um aviso a Mário Centeno: “A Comissão Europeia foi muito clara neste aspeto, por isso, recomendo que nem percam tempo a tentar fazer passar essas propostas.” [...] Mais à frente o e-mail faz um elogio ao Santander citando a Comissão Europeia segundo a qual o “Santander está a comportar-se de maneira muito profissional e tem um departamento legal excelente”. E avisa que “eles [Comissão Europeia] vão começar a trabalhar diretamente com o



Santander assim que as autoridades estiverem prontas para começar o processo". Assunto fechado. Até porque o e-mail marca logo uma chamada em conferência para uma hora depois para que se dê início ao processo de venda." Este é o relato que fez o jornal Expresso, no dia 22 de janeiro, e prossegue "Na sexta-feira anterior, dia 18 de dezembro, tinha terminado o concurso para a venda voluntária do Banif. Apareceram seis candidatos, entre eles o Santander, mas nenhum foi escolhido. Todas as propostas implicavam perdas para o Estado, o que inviabilizava a venda voluntária e atirava o banco para a resolução. Fonte conhecedora do processo estranha o que se passou nas horas seguintes. As propostas tinham sido apresentadas até às 20h de 18 de dezembro, mas duas horas depois o "Santander foi chamado para uma reunião no Banco de Portugal" onde não só lhe comunicam que o concurso estava sem efeito como lhe propõem que pode comprar os ativos do banco."²⁸

O centrismo do PS o impede de reagir. E, tendo sido o patrocinador da entrada de Portugal na CEE, não irá às portas da



"O centrismo do PS o impede de reagir"

“Entre a afirmação da democracia e da soberania e a defesa da integração europeia, o PS tem sempre optado por esta.”



ruptura. Entre a afirmação da democracia e da soberania e a defesa da integração europeia, o PS tem sempre optado por esta última. Isto se vê no debate em torno à meta do déficit no Orçamento em 2016.

Bruxelas se aproveitou da atual crise econômica, que se arrasta desde 2008, para impor regras mais duras de controle do cumprimento do Tratado Orçamental, como a obrigatoriedade do envio pelos países dos projetos orçamentários antes mesmo da discussão nos Parlamentos. A Comissão Europeia emite então um parecer e o Eurogrupo decide novas exigências aos governos. Condiciona-se assim o processo democrático de decisão soberana. Pois, caso os governos não cumpram as orientações dadas por Bruxelas, as punições nos procedimentos por déficit expressivo vão se elevando até mesmo chegando a se aplicar multas financeiras.

O PS demonstrou que procurará realizar malabarismos para atender o acordo com a esquerda e suas promessas de campanha e as imposições da UE. Mas, é um malabarismo com facas, podendo se cortar a qualquer momento...



Antes mesmo das exigências europeias, Costa e seu ministro das finanças, Mário Centeno, recuaram antes mesmo de negociar: ao invés da meta de déficit de 2,8% (constante de seus programas eleitoral e de governo) enviou a proposta com 2,6%. Porém, Bruxelas não acha a meta suficiente e já sinalizou que quer mais aperto. Esse aperto significará retroceder em medidas já anunciadas e acordadas com a esquerda. Para cumprir seus compromissos com a burocracia europeia, Costa pode acabar em novos apertos estrangulando sua aliança e levando à ruptura do acordo à esquerda e mesmo à sua queda. Aguardemos os próximos movimentos do capaz, mas malabarista, Costa.



“Para cumprir seus compromissos com a burocracia europeia, Costa pode acabar em novos apertos, estrangulando sua aliança e levando à ruptura do acordo à esquerda e mesmo a sua queda.”

CARLOS SERRANO FERREIRA

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vice-coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC/UFRJ), especialista em Relações Internacionais, mestre em Ciência Política e doutorando na mesma área no ISCSP da Universidade de Lisboa.



Notas:

1 Alguns trechos deste artigo são uma versão muito ampliada, revisada, editada e atualizada do artigo *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades* feito à guisa de apresentação ao *Relatório OPLOP – Edição Especial Eleições Portuguesas*, organizado por Mayra Goulart e Luís Carlos Alves de Melo em 2015 e disponível em http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/relatorio_oplop-especial_eleicoes_portuguesas.pdf.

2 FREIRE, André. O modelo constitucional, os eleitores e os eleitos. *Público*, 27 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.publico.pt/opiniao/jornal/o-modelo-constitucional-os-eleitores-e-os-eleitos-304455>.

3 Idem.

4 Já na eleição de 1987 é reduzido a apenas 4,91% dos votos e 2,8% dos parlamentares (7 deputados).

5 Tendo em vista a necessidade de adaptação de tradução demos os nomes de 'Peso Eleitoral do Partido mais Votado' e 'Peso Eleitoral dos dois partidos mais



votados', bem como de 'Índice de Concentração de Cadeiras pelo Maior Partido' e 'Índice de Concentração de Cadeiras Acumuladas pelo dois maiores partidos' a índices criados por Douglas Rae em *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press, 1967. Obviamente, os referentes ao chamado 'arco da governação' é uma aplicação nossa da concepção de Rae.

6 Para os anos de 1979, 1980 e 2015 apresentamos apenas os dados para o arco de governação, pois ocorreram nestas três eleições coligações entre PSD e CDS que impediriam aferir com precisão os votos de cada um dos parceiros.

7 FREIRE, André. Incoerente, paroquial e falho de cultura democrática, p.16 do *Relatório OPLOP* já citado.

8 FREIRE, André. Reformas eleitorais: objectivos, soluções, efeitos prováveis e trade-off necessários. *Revista de Assuntos Eleitorais*, Lisboa, nº 12, p.25-60, novembro/2009, p.35.

9 A famosa frase de Mário Soares "Não se trata agora de meter o socialismo na gaveta, mas de salvar a democracia" foi





proferida em 1978 no discurso de posse do governo da coligação PS/CDS.

10 CRUZ, Manuel Braga da. *Instituições políticas e processos sociais*. Venda Nova: Bertrand, 1995. p.146.

11 Citado em VISÃO, Porque é Guterres o desejado. *Visão*, 29 de agosto de 2014, disponível em: <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/porque-e-guterres-o-desejado=f793504>.

12 Trechos extraídos do livro organizado por Vitalino Canas, *O Partido Socialista e a Democracia*. Oeiras: Celta, 2005 Apud SILVA, Martim. A história do partido que meteu o socialismo na gaveta. *Diário de Notícias*, 19 de abril de 2005, disponível em: <http://www.dn.pt/arquivo/2005/interior/a-historia-do-partido-que-meteu-o-socialismo-na-gaveta-596215.html>.

13 LISI, Marco. Moderados, pragmáticos e personalizados: A evolução dos partidos de esquerda na Europa do Sul. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, nº64, p. 59-80, 2010, p.68.

14 LISI, op cit., p.61.



15 LOPES, Fernando Farelo. *Os partidos políticos: modelos e realidades na Europa Ocidental e em Portugal*. Oeiras: Celta, 2004. p. 120.

16 “De facto, se observarmos a evolução ideológica no período democrático, a posição média atribuída ao PS por parte do eleitorado é de 4,2 em 1978 e de 4,7 em 2005, com algumas oscilações mas sem variações significativas [...]. De acordo com a percepção dos eleitores, os socialistas sempre se caracterizaram por uma orientação pragmática, reflexo das políticas económicas implementadas durante os governos liderados por Soares nos anos 70 e 80. A viragem mais relevante verifica-se no período que corresponde aos executivos dirigidos por Guterres (1995-2001), em que o PS parece deslocar-se progressivamente para a direita.” LISI, op. cit, p.61-62.

17 FREIRE, André. Reformas eleitorais: objectivos, soluções, efeitos prováveis e trade-off necessários. *Revista de Assuntos Eleitorais*, Lisboa, nº 12, p. 25-60, novembro/2009, p.35.





18 Trecho do poema de Camões “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”. Uma releitura deste poema em forma de música, com o acréscimo do refrão “*E se tudo no mundo é composto de mudança, Troquemo-lhes as voltas que ainda o dia é uma criança*”, foi feita em 1971 por José Mário Branco, em seu primeiro álbum solo, intitulado com o nome desta canção.

19 Ver entre outros o já citado CRUZ (1995).

20 O governo de Pedro Passos Coelho vendeu o que restava da EDP (25,49%), da REN (51%) e da Galp (1%), 100% dos CTT e da Aeroportos de Portugal (ANA), 85% da Fidelidade e ao apagar das luzes de seu mandato 61% da TAP.

21 PIRES, Rui Pena et al. *Emigração Portuguesa - Relatório Estatístico 2015*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, e DGACCP, 2015. p. 21.

22 Isto apenas somando os partidos que garantiram assentos parlamentares, PS, BE, PCP, PEV e PAN, sem contar os que não o conseguiram, o que aumentaria em mais



de 100 mil votos essa marca. O mesmo se aplica a percentagem de votos, só incluídos no artigo os que elegeram para a AR.

23 SANTOS, Miguel. Governo do desfaz. O que o novo Executivo já mudou desde que tomou posse. *Observador*, 6 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://observador.pt/2016/01/06/governo-do-desfaz-novo-executivo-ja-mudou-desde-tomou-posse/>.

24 TVI. Redução da sobretaxa e reposição salarial aprovadas. *TVI*, 18 de dezembro. Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/economia/18-12-2015/aprovada-reducao-da-sobretaxa-em-2016>.

25 JORNAL DE NOTÍCIAS. Governo anula concessão dos transportes de Porto e Lisboa. *Jornal de Notícias*, 7 de janeiro de 2016. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=4968403&referrer=FooterOJ.

26 DIÁRIO DE NOTÍCIAS/LUSA. Governo vai propor António Guterres para secretário-geral da ONU. *Diário de Notícias*, 22 de



janeiro de 2016. Disponível em:
<http://www.dn.pt/portugal/interior/governo-vai-propor-antonio-guterres-para-secretariogeral-da-onu-4993366.html>.



27 SÁBADO. Marisa Matias: Costa deveria ter desobedecido à UE no caso Banif. *Sábado*, 4 de janeiro de 2016. Disponível em:

<http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/marisa-matias-costa-deveria-ter-desobedecido-a-ue-no-caso-banif.html>.

28 FERRÃO, Bernardo; PEREIRA, João Vieira. Bruxelas ordenou venda do Banif ao Santander. *Expresso*, 22 de janeiro de 2016. Disponível em:
<http://expresso.sapo.pt/economia/2016-01-22-Bruxelas-ordenou-venda-do-Banif-ao-Santander>.



EXPEDIENTE

Editores

Carlos Eduardo Martins e Carlos Serrano Ferreira.

Apresentação e Editorial

Carlos Eduardo Martins e Carlos Serrano Ferreira.

Endereço de contato

Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sediado no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Página na Internet: <http://www.lehc.com.br/>

E-mail: lehc@lehc.com.br

Autores envolvidos nesta edição

Bernardo Salgado Rodrigues, Carlos Eduardo Martins, Carlos Serrano Ferreira, Gervasio Apipé, Marcelo Dias Carcanholo.

Editoração, Diagramação, Concepção Visual e Revisão

Carlos Serrano Ferreira.

Capa

Carlos Serrano Ferreira. Capa construída a partir de imagem de *The Sketch of a Woman and Children on Irish potato famine*, publicado pela *Illustrated London News*, 22 de dezembro de 1849, representa a história de Bridget O'Donnel.

Como citar

MARTINS, Carlos Eduardo; FERREIRA, Carlos Serrano (Orgs.). A Crise Econômica. *Boletim de Conjuntura LEHC*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2015. 115 p.